

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA – UNIARA
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO – MESTRADO/DOUTORADO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE

FERNANDO HENRIQUE FERREIRA DE OLIVEIRA

**Memórias, luta pela terra e permanência na terra: histórias
de vida das primeiras gerações de famílias pioneiras em
Araraquara – SP**

ARARAQUARA – SP

2018

FERNANDO HENRIQUE FERREIRA DE OLIVEIRA

**Memórias, luta pela terra e permanência na terra: histórias
de vida das primeiras gerações de famílias pioneiras em
Araraquara – SP**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da Universidade de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de concentração: Dinâmicas Territoriais e Alternativas de Sustentabilidade

Linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desenvolvimento

Orientadora: Prof(a) Dr(a) Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

ARARAQUARA – SP

2018

FICHA CATALOGRÁFICA

O47m Oliveira, Fernando Henrique Ferreira de
Memórias, luta pela terra e permanência na terra: história de vida das primeiras gerações de famílias pioneiras em Araraquara-SP/Fernando Henrique Ferreira de Oliveira. – Araraquara: Universidade de Araraquara, 2018.

103f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

1. Reforma agrária. 2. Assentamentos rurais. 3. História de vida. 4. Memória. 5. Famílias pioneiras. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7190 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO ALUNO: *Fernando Henrique Ferreira de Oliveira*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara - UNIARA - como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante
UNIARA - Araraquara

Prof. Dr. Luis Antonio Barone
UNESP - Presidente Prudente

Prof. Dr. Henrique Carmona Duval
UFSCAR - Lagoa do Sino

Araraquara - SP, 19 de fevereiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todas as pessoas que contribuíram para a realização e finalização desse trabalho, pois acredito que esse é um dos momentos mais importantes da minha vida, é um ponto crucial na minha trajetória pessoal e profissional. Essa dissertação é fruto de um trabalho coletivo. É a materialização de um sonho. Deixo meu sentimento de gratidão eterna nesse texto.

Agradeço a Deus pela força, fé e vontade de viver.

A minha família, em especial a minha mãe Rosely, minha avó Ivanilde, meus irmãos Felipe e Rafael, meu avô “Luis” e ao meu padrasto Raimundo por todo amor, compreensão e apoio incondicional ao longo desses dois anos.

Aos meus amigos da Unesp Prudente por todo apoio e amizade, em especial Luiz Fernando, Diego Parreira, Gustavo Henrique, Lidiana Pinho, Lucas Herisson, Léia Gonçalves, Thais de Paula, Lilian Goulart Mateus e Arnaldo. Sou grato em todos os sentidos, pelo apoio emocional e disposição em sempre me ajudar.

Aos amigos de Araraquara, em especial ao Otávio, Laís, Jonas e Giovani pela experiência e oportunidade de compartilhar um lar, considero vocês como minha segunda família.

Ao Flávio Oliva, Flávio Pontes e Anderson Silva pela amizade e as inúmeras caronas de Prudente a Araraquara.

Aos companheiros do NUPEDOR, por me apresentar e ensinar um pouco sobre a importância da reforma agrária e dos assentamentos rurais.

Aos professores do PPG em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, em especial à Profa. Dulce, Prof. Queda, Profa. Maria Inês, Prof. Zé Maria, Prof. Baltasar e Prof. Kageyama (*in memoriam*) por todo aprendizado e oportunidade de realizar o mestrado.

Agradeço imensamente as secretárias Ivani, Silvinha, Fernanda e Tati pela amizade, paciência e por me salvar nos mais diversos momentos, vocês são como anjos da guarda.

A turma do mestrado, em especial a Jucilene e Renata pela amizade.

Aos professores Maria Inês, Henrique e Barone pelas sugestões e por toda contribuição nesse trabalho.

A professora Vera Botta pelo apoio, amizade e confiança. Obrigado por acreditar em mim e na realização desse trabalho. É uma grande inspiração para mim.

Por último, agradeço as mulheres e homens assentados na reforma agrária, sem a colaboração de vocês esse trabalho não teria saído.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo compreender as experiências de luta e de permanência na terra na região de Araraquara (SP), a partir das memórias das famílias pioneiras situadas em dois assentamentos. Nesse sentido, buscamos analisar as dimensões da memória das famílias pioneiras a partir da análise de narrativas obtidas por meio de entrevistas de história de vida sobre as experiências de luta pela terra que ocorreram na região a partir da década de 1980. Visamos estudar as dimensões dos assentamentos rurais a partir de temas ligados à cultura, à memória e às histórias de vida de famílias assentadas, sujeitos que se inserem na contemporaneidade como guardiões de um patrimônio cultural precioso, de conhecimentos e saberes ligados ao universo rural. A memória dessas famílias assentadas nos projetos de assentamento Bela Vista do Chibarro e Horto Bueno de Andrada foram compreendidas a partir de entrevistas de história de vida, abordagem qualitativa da História Oral, utilizada pelas Ciências Sociais, que prioriza obter informações sobre os fatos, os acontecimentos e as experiências na trajetória de vida dos homens e mulheres a partir de fontes orais. Do ponto de vista metodológico realizamos um estudo bibliográfico sobre o processo de luta pela terra na região de Araraquara (SP), articulado com a reconstrução da memória das famílias pioneiras sobre as suas trajetórias de vida e experiências no contexto dos projetos de reforma agrária.

Palavras-chave: reforma agrária; assentamentos rurais; histórias de vida; memória; famílias pioneiras.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand the experiences of struggle and permanence on the land in the region of Araraquara (SP) from the memories of the pioneer families located in two settlements of the region. In this sense, we seek to analyze the memory dimensions of the pioneer families from the content analysis of the narratives obtained through life history interviews about the experiences of the struggle for land that occurred in the region from the 1980s onwards. dimensions of rural settlements based on themes related to culture, memory and the life histories of settled families, subjects that are inserted in contemporary times as guardians of a precious cultural heritage, knowledge and knowledge linked to the rural universe. The memory of these families based on the settlement projects Bela Vista do Chibarro and Horto Bueno de Andrada were understood from life history interviews, a qualitative approach to Oral History, used by the Social Sciences, which gives priority to obtaining information about the facts, events and the experiences in the life trajectory of men and women from oral sources. From a methodological point of view, we carried out a bibliographical study about the process of land struggle in the region of Araraquara (SP), articulated with the reconstruction of the memory of the pioneer families on their life trajectories and experiences in the context of agrarian reform projects.

Keywords: agrarian reform; rural settlements; life stories; memory; families.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-----------------|---|----|
| Figura 1 | Localização do assentamento Monte Alegre no município de Araraquara | 53 |
| Figura 2 | A repartição de terras no assentamento Monte Alegre | 54 |
| Figura 3 | Detalhes da vida no acampamento | 65 |
| Figura 4 | Barraco de lona no acampamento | 66 |
| Figura 5 | Detalhes da vida no acampamento | 68 |
| Figura 6 | Área coletiva do acampamento | 69 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-----------------|--|----|
| Quadro 1 | Dados sobre conflitos no campo no período 2000-2015 | 29 |
| Quadro 2 | Categorias sociais protagonistas / Ocorrências por período – Brasil (2000-2015) | 30 |
| Quadro 3 | Perfil social dos entrevistados | 64 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra

FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

NUPEDOR – Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural

PA – Projeto de Assentamento

PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável

PT – Partido dos Trabalhadores

SP – São Paulo

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO | 11 |
| INTRODUÇÃO | 13 |
| Objetivos da Pesquisa | 15 |
| Objetivo Geral | 15 |
| Objetivos Específicos | 15 |
| Metodologia | 16 |
| CAPÍTULO 1 REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS EM PAUTA: REVISITANDO A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA | 20 |
| 1.1 Lutas pela terra, por território e reforma agrária | 22 |
| 1.2 A luta pela terra como estratégia dos movimentos socioterritoriais rurais | 24 |
| 1.3 A questão agrária brasileira no século XXI: os conflitos no campo e a emergência de novos grupos sociais na luta pela terra | 28 |
| 1.4 A política de assentamentos rurais no Brasil: ciclos, rupturas e perspectivas . | 37 |
| CAPÍTULO 2 O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA | 44 |
| 2.1 Contexto histórico e geográfico da região de Araraquara (SP) | 45 |
| 2.1.2 Memórias das Lutas em Guariba – SP (1984): a contribuição dos boias-frias no processo de luta pela terra na região de Araraquara (SP) | 46 |
| 2.2 O P.A. Bela Vista do Chibarro | 49 |
| 2.3 O P.A. Monte Alegre | 52 |
| 2.4 O P.A. Horto Bueno de Andrada | 55 |
| CAPÍTULO 3 O USO DE FONTES ORAIS E AS DIMENSÕES DA MEMÓRIA | 56 |
| RESULTADOS E DISCUSSÕES | 62 |
| Histórias reconstruídas no assentamento Horto Bueno de Andrada (08/05/2017) . | 64 |
| Seu Antonio Isaías | 64 |
| Seu João Marques | 67 |

| | |
|--|------------|
| Histórias reconstruídas no Assentamento Bela Vista do Chibarro (13/11/2017, 24/01/2018, 30/01/18) | 71 |
| Dona Zulmira (Grupo de Promissão/SP) | 71 |
| Seu José Marques (Grupo do Vale do Jequitinhonha/MG) | 79 |
| Seu João Silva (Grupo de Promissão/SP) | 82 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 89 |
| REFERÊNCIAS. | 93 |
| APÊNDICE A | 101 |

APRESENTAÇÃO

Neste item apresentaremos os motivos pessoais e acadêmicos que levaram a escolha do objeto, do tema e do universo de pesquisa discutidos nesse trabalho de dissertação. Inicialmente, a motivação em estudar as dinâmicas presentes em assentamentos rurais surgiu a partir de algumas reflexões levantadas ao longo do curso de graduação em Geografia na FCT/Unesp – Presidente Prudente e no âmbito das discussões proporcionadas pelo projeto de pesquisa **“Poder Local e Assentamentos Rurais: expressões de conflito, de acomodação e de resistência”**, no qual tive a oportunidade de ser bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq, sendo orientado pelo Prof. Dr. Luis Antonio Barone. Como um desdobramento dessa pesquisa, defendi no ano de 2015 minha monografia de bacharelado em Geografia **“Aspectos da cultura rural tradicional na Reforma Agrária: estudo nos assentamentos de Presidente Venceslau, SP”**, que teve como objetivos compreender as dimensões do patrimônio cultural (material e imaterial) e dos saberes tradicionais nos assentamentos rurais Primavera e Tupanciretã, situados em Presidente Venceslau, SP.

Em março de 2016, iniciei o curso de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente na Universidade de Araraquara na linha de Políticas Públicas e Desenvolvimento, sob a orientação da Profa. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante. Também pude me integrar às atividades do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (NUPEDOR), grupo que realiza um acompanhamento sistemático da realidade dos assentamentos rurais de Araraquara.

A proposta de pesquisa inicial para essa dissertação seria estudar as tradições e os conhecimentos populares nos assentamentos rurais da região de Araraquara/SP. Porém, com o andamento do curso acabei mudando um pouco o tema de pesquisa. Alterei o plano de trabalho e passei a estudar as primeiras gerações dos assentamentos, tendo como foco as histórias de vida das famílias assentadas na região.

A pesquisa bibliográfica tratou de aspectos relacionados à questão agrária brasileira, da política de assentamentos e reforma agrária, da formação dos assentamentos rurais na região de Araraquara/SP, além dos usos e das dimensões da memória. A pesquisa de campo definiu-se como o eixo metodológico desse trabalho, inclui-se nessa abordagem o uso de diários de campo e a realização de entrevistas qualitativas com assentados.

Os trabalhos de campo nos assentamentos foram realizados no segundo semestre de 2017 e no primeiro semestre de 2018. O roteiro de entrevista elaborado priorizou três momentos da trajetória de cada entrevistado. No primeiro tópico buscou-se compreender a origem, a trajetória e a composição familiar. O segundo abordou questões relativas à luta pela terra, tais como participação em movimentos, estratégias de luta, participação em ocupações, marchas e acampamentos, etc. No terceiro tópico objetivou-se compreender as estratégias de luta na terra, a questão da permanência e os desafios da vida no assentamento.

Em suma, essa dissertação de mestrado busca entender as dimensões da luta pela terra e da luta na terra, após a conquista do assentamento, por meio da memória de algumas famílias dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Horto Bueno de Andrada em Araraquara/SP. A realização deste trabalho contou com o financiamento, através de bolsa de estudo, do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com o período de vigência de 03/2016 a 02/2018.

INTRODUÇÃO

Os assentamentos rurais definem-se como um espaço dimensionado, abrigam sujeitos de múltiplas origens e trajetórias que, a partir de suas lutas e resistências, buscam, no acesso à terra, a possibilidade de mudança no horizonte de suas vidas. Partindo dessa ideia, “o assentamento não é base nem condição de identidade, não é uma instituição, é uma intervenção externa no curso de um processo social de um desenrolar da vida que se nutre de outros eixos de referência, próprios da sociedade inclusiva” (MARTINS, 2009, p.28).

Este é um estudo sobre as representações da luta pela terra e da permanência na terra na memória de famílias pioneiras assentadas na região de Araraquara. Concordamos com Mancuso (1998), que compreende a memória como um produto social construído a partir das relações sociais dadas. Para Bosi (2004), a memória é trabalho, no sentido de compreender a dimensão do passado a partir de estímulos do presente. Portanto, busca-se no presente trabalho discutir sobre os elementos constitutivos da luta pela terra e da reforma agrária em dois assentamentos rurais localizados na região de Araraquara (SP) a partir das histórias de vida de famílias pioneiras.

A pesquisa em tela propõe-se a compreender as experiências de conflito e luta pela terra na região de Araraquara (SP) a partir da década de 1980, por meio da memória das famílias pioneiras assentadas nos projetos de assentamento Bela Vista do Chibarro e Horto Bueno de Andrada. Entende-se por famílias pioneiras os primeiros grupos que entraram nos assentamentos, tanto pela via dos movimentos de luta pela terra, quanto pelo convite via Sindicato. Ou seja, realizamos entrevistas com os sujeitos que vivenciaram e protagonizaram toda essa experiência de construção de lutas e vivem na terra desde o início da implantação dos assentamentos até os dias atuais.

Objetivamos analisar algumas dimensões da memória das famílias pioneiras de dois assentamentos sobre as experiências de luta pela terra na região de Araraquara (SP) a partir da década de 1980, período que antecedeu a constituição dos assentamentos. As memórias e as lembranças dessas famílias sobre o conflito foram analisadas por meio da coleta de histórias de vida, técnica da história oral que valoriza as trajetórias e as experiências de vida dos indivíduos.

A pesquisa em tela também buscou investigar o modo de vida e o cotidiano dessas famílias, que lutam diariamente para se manterem na terra. Portanto a questão agrária local foi sendo estudada por meio da abordagem de histórias de vida, visando analisar as narrativas sobre essas experiências por meio do resgate de lembranças da constituição e manutenção nos assentamentos.

Este trabalho compreende as dimensões da memória na compreensão da luta pela terra na região de Araraquara (SP), em que as famílias assentadas desempenham um papel importantíssimo de guardiões e transmissores destas lembranças às gerações recentes. Acreditamos que as famílias pioneiras, a partir de suas lembranças – reconstruídas por meio da abordagem da história de vida e analisadas por meio das narrativas, podem fornecer informações sobre sua trajetória de vida, sobre as experiências de luta pela terra e o processo de constituição dos assentamentos. Desse modo, realizamos trabalhos de campo nos assentamentos com a finalidade de identificar e conhecer as famílias pioneiras, além de entender o cotidiano e a organização do seu modo de vida no contexto da reforma agrária.

Em suma, esta dissertação busca estudar as dimensões dos assentamentos rurais a partir de temas ligados à cultura, à memória e às histórias de vida de famílias assentadas que se inserem na contemporaneidade como guardiões de um patrimônio cultural precioso, de conhecimentos e saberes ligados ao universo rural e de lembranças que remetem ao processo de luta pela terra e reforma agrária no contexto regional.

Em relação à metodologia nos pautamos em um estudo bibliográfico sobre o processo de luta pela terra e a constituição dos assentamentos, articulado com a reconstrução de histórias de vida visando compreender a memória dessas famílias em relação às suas trajetórias de vida e experiências em projetos de reforma agrária. Buscamos analisar aspectos das histórias de vidas dos homens e das mulheres que estiveram em movimentos de luta pela terra, entraram na terra por meio da política de assentamentos e permanecem na terra até os dias atuais.

Além da introdução, o trabalho foi estruturado e organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a questão agrária brasileira, levando-se em conta o universo de lutas por terra, território e por reforma agrária. Discute-se questões relativas à estrutura agrária, aos conflitos no campo e aos grupos sociais de luta pela terra.

No segundo capítulo, caracterizamos o universo empírico da pesquisa. Apresentamos o contexto socioeconômico da região de Araraquara/SP evidenciando o cenário de lutas de famílias sem-terra e boias-frias em torno da reforma agrária. Apresentamos elementos históricos e geográficos da região e da gênese dos assentamentos Bela Vista do Chibarro, Monte Alegre e Horto Bueno de Andrada. A formação e a composição dos grupos pioneiros dos assentamentos também são retratadas neste capítulo.

No terceiro capítulo, nos valem de pesquisas relativas à memória e história oral. Abordamos as múltiplas dimensões da memória e os seus usos em pesquisas com histórias de vida. Destacamos algumas experiências de pesquisa com o uso de fontes orais e entrevistas de histórias de vida em áreas de conflito por terra (WHITAKER e VÊLOSO, 2010).

O quarto capítulo apresenta o conteúdo empírico da pesquisa. Nele tratamos e debatemos as informações produzidas através das entrevistas realizadas nos assentamentos. Também nos dedicamos em apresentar as trajetórias e as histórias de vida de sujeitos que se aventuraram no universo de lutas por terra, território e reforma agrária no campo brasileiro. Buscamos explicitar as dimensões da luta pela terra e na terra no cotidiano dessas famílias. O conteúdo das entrevistas mostram que apesar de todo o sofrimento e das múltiplas dificuldades encontradas no caminho, a luta pela terra e a conquista no assentamento revelam que a reforma agrária ainda é um projeto de vida relevante e importante para as famílias que entram nessa travessia.

Objetivos da Pesquisa

Objetivo Geral

Reconstruir a memória das famílias pioneiras dos assentamentos Monte Alegre e Horto Bueno de Andrada sobre as suas trajetórias de vida, suas experiências em movimentos de luta pela terra e nos projetos de reforma agrária.

Objetivos Específicos

Identificar e caracterizar nos assentamentos os sujeitos que vivenciaram as experiências de luta pela terra na região de Araraquara (SP) a partir da década de 1980.

Analisar a história dos assentamentos e caracterizar o perfil, a origem e a trajetória das famílias pioneiras dos P.A. Bela Vista do Chibarro e P.A. Horto Bueno de Andrada.

Reconstruir as estratégias de luta pela terra e de permanência na terra a partir das histórias de vida das famílias pioneiras dos assentamentos.

Metodologia

De acordo com Andrade (2010), o trabalho com fontes orais permite o acesso de histórias dentro da história, possibilitando compreender a percepção de como as pessoas elaboraram suas experiências no tempo e no espaço. Nesse sentido, as fontes orais traz “à tona, a visão daqueles que fizeram parte de sua história de forma direta, constituindo sua história através das memórias” (ANDRADE, 2010, p. 240).

Este trabalho desenvolveu-se a partir da realização dos trabalhos de campo, da pesquisa com fontes orais, do registro de diários de campo e da utilização da pesquisa bibliográfica. As entrevistas foram realizadas com o intuito de compreender a trajetória dessas famílias e acessar a memória dos grupos sobre o histórico de lutas pela terra na região de Araraquara (SP) e a permanência dentro dos assentamentos.

Em relação à população pesquisada, priorizamos o trabalho com lideranças de diversos grupos dentro dos assentamentos. Essas lideranças foram indicadas pelas próprias famílias assentadas durante os primeiros contatos feitos nas visitas de campo na área.

O uso da memória e das histórias de vida como estratégias de pesquisa foram fundamentais na reconstrução do processo de luta pela terra e da constituição de assentamentos, pois possibilitaram a compreensão das diversidades, dos conflitos e das disputas territoriais em torno da terra. Entende-se aqui o assentamento como um território, multidimensional (cultural, ambiental, social, político e econômico) e multiescalar (HASBAERT, 2005; SAQUET, 2008), definido por e a partir de relações de poder (SOUZA, 1995). Para Fernandes (2016), é no território que ocorrem as disputas por modelos de desenvolvimento, é onde as políticas públicas e privadas

causam impactos socioterritoriais, criando formas de resistência e produzindo constantes conflitualidades (FERNANDES, 2016).

Partindo da história oral como a metodologia, buscamos compreender a história do sujeito relacionando-a sempre com a sua memória, experiências e itinerários de sua trajetória (SILVA, 2009), na medida em que o processo histórico é uma construção social dialética marcada por contradições.

Queiroz (1988, p.28) entende que: “a história de vida, por sua vez, se define como o relato de um narrador sobre sua experiência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”.

De acordo com a autora, a história de vida é uma técnica que busca captar o grupo, a sociedade em que o narrador está inserido, ou seja, busca encontrar a coletividade a partir das experiências do indivíduo. Essa abordagem reaparece no cenário brasileiro na década de 1940 e 1950 a partir de trabalhos na área da psicologia social (QUEIROZ, 1988), que tentavam compreender como as pessoas estavam reagindo às transformações da sociedade no contexto da modernização da agricultura e do êxodo rural que causou mudanças nas relações cidade-campo.

A história de vida é uma das estratégias metodológicas da História Oral que possibilita compreender os processos de exclusão social e desterritorialização de grupos dos seus territórios tais como: – os indígenas, os camponeses e os ribeirinhos – no contexto da sociedade em que estão inseridos.

Na minha experiência, é a técnica por excelência para o estudo dos processos ligados à exclusão social, já que nos permite captar as rupturas que marcam as tortuosas trajetórias de todos os que se envolvem na luta pela terra (WHITAKER, 2000, p. 148).

Portanto, acreditamos que a história de vida é uma estratégia de pesquisa que possibilita compreender da realidade de algumas populações estabelecidas no campo brasileiro. Os assentamentos de reforma agrária apresentam-se como um novo espaço social composto por novos atores (famílias assentadas), de múltiplas trajetórias, que buscam na terra mecanismos e estratégias para sua reprodução social. De acordo com a autora, esses sujeitos, “carregam em si rupturas reveladoras de muitas das contradições e mediações teorizadas pelo materialismo histórico” (WHITAKER, 2000, p.148).

Para uma análise completa da realidade estudada a partir da história de vida, é necessário interpretar essas histórias através de um método científico que possibilite compreender a totalidade dessa discussão. Whitaker (2000, p.148) escreve que,

acredito que se pode propor, a partir delas, o encontro entre a história nova e a totalidade dialética, evitando dessa forma a apresentação de uma “história em migalhas”, e o estudo de um cotidiano vazio de significados, “dois crimes” dos quais têm sido acusadas as ciências sociais desde que descobriram o sujeito na história.

Portanto, nos trabalhos de História Oral, dimensionados a partir da entrevista de história de vida, é preciso haver um rigor metodológico ao longo de todo o processo de obtenção, de transcrição e análise do material produzido. Nesse sentido, destacamos que os problemas que envolvem o momento da análise das histórias de vida podem ser agrupados em duas grandes questões, segundo Whitaker (2000, p. 149).

1 – a questão da transcrição do discurso do entrevistado;

2 – a questão das teorias que iluminam ou deveriam iluminar a análise desse material e conseqüentemente a interpretação.

A autora mostra que em pesquisas com História Oral e histórias de vida, que envolvam relatos e entrevistas, deve-se tomar muito cuidado e ter respeito em relação à fala do “outro” para não desvalorizar o discurso obtido ao longo do processo. A autora chama a atenção para a visão urbanocêntrica, etnocêntrica e sociocêntrica na transcrição e análise dos dados produzidos, em que se tenta reproduzir a fala do “outro”, marcadas por erros ortográficos, como se fosse possível reproduzir toda a realidade linguística do sujeito com o alfabeto de 23 signos (WHITAKER, 2000).

Nesse sentido, muitos transcritores se esquecem de que quando as pessoas falam, elas não estão escrevendo, logo não podem cometer os erros ortográficos que lhe são atribuídos na transcrição. A autora demonstra que curiosamente, os erros fonéticos sempre são atribuídos às falas dos sujeitos das camadas socialmente vulneráveis. Ao reformular, resumir e corrigir o discurso do “outro” o transcritor está cometendo um desrespeito com a fala do outro, pois,

A sintaxe original (que deveria ser reproduzida) torna-se “correta”, desaparecem as hesitações, que expressam em geral rupturas, sofrimentos, dúvidas, contradições. Reiteraões de temas ou palavras, elementos importantíssimos para análise do discurso são eliminados,

as ênfases se desvanecem, trechos truncados são desprezados (WHITAKER, 2000, p. 150).

Quando o transcritor não valoriza a totalidade de sons, gestos, palavras e até o silêncio utilizado pelo narrador ao contar sua história de vida, o discurso pode se tornar inócuo, ou seja, um conjunto de dados distorcidos, carente de seu significado original e com pouca informação sobre o contexto do sujeito. Reiterando essa ideia, Whitaker (2000, p.150) escreve que:

Mas o pior mesmo é quando a transcrição nem acontece. Num procedimento totalmente destituído de rigor científico, o pesquisador ouve a gravação, extrai dela o que confirma suas expectativas em relação ao tema e parte diretamente para a redação final do seu trabalho.

Desse modo, a autora destaca que na análise do material obtido no processo deve haver uma teoria que balize e ilumine toda interpretação do discurso, na medida em que os dados não falam por si, o uso de uma teoria auxilia o transcritor a compreender a realidade do narrador. Conforme escreve a autora, os dados trabalhados com a teoria devem ser analisados e relacionados com a totalidade histórica.

Whitaker (2000) discute a importância e os problemas sobre os processos de pesquisa que utilizam a História Oral como método, desde o processo de obtenção, de transcrição até a interpretação dos relatos, para que se enquadrem numa análise científica. Nesse sentido, a autora apresenta alguns possíveis problemas no momento da análise e da interpretação das histórias de vida contadas pelo sujeito/narrador, posteriormente transcritas pelo transcritor e interpretadas pelo pesquisador. Esses problemas agrupam-se em duas grandes questões: “a questão da transcrição do discurso do entrevistado e a questão das teorias que iluminam a interpretação do material” (WHITAKER, 2000, p.147).

Entrevistas de histórias de vida, também conhecidas como “aprofundadas”, não visam quantificar e agrupar os dados, mas compreender a totalidade de experiências vivenciadas na trajetória social dos sujeitos pesquisados. Beaud e Weber (2007) demonstram que, a partir dessa técnica, é possível obter um grande número de informações sobre a origem social dos pesquisados e seus familiares, as trajetórias escolares, profissionais, residenciais e o estado matrimonial dos entrevistados. Dessa forma, o conjunto de dados produzidos a partir das entrevistas deve ser relacionado a

uma contextualização histórica e geográfica do espaço e sociedade em que se inserem os sujeitos entrevistados.

Experiências de trabalhos com o uso de fontes orais e entrevistas de histórias de vida em áreas de conflitos pela terra (VÊLOSO e WHITAKER, 2010; VÊLOSO e WHITAKER, 2013) demonstram que o processo de reconstrução da memória é fundamental para que os sujeitos que vivenciaram a história possam dar suas versões e narrarem suas estratégias de resistência, seus aliados e inimigos ao longo do processo.

Nesse contexto, fundamentamos nossa pesquisa sob a orientação da pesquisa qualitativa, buscando identificar elos com o modo de vida dos assentados. A utilização de diários de campo e o uso de entrevistas foram fundamentais para a produção e a sistematização dos dados e informações.

Todas as entrevistas foram obtidas por meio de um programa de gravação de áudio em um celular. Após serem realizadas, todo o conteúdo foi transcrito de forma fiel ao contexto em que foi gravado. Portanto, as entrevistas que compõem essa dissertação foram realizadas nos meses de maio de 2017, novembro de 2017 e janeiro de 2018. A decisão dos locais de gravação de entrevista foi de total escolha dos entrevistados, priorizamos um lugar em que os mesmos sentissem mais confortáveis em conversar. Com exceção de Dona Zulmira, em que a entrevista foi feita em seu local de trabalho (Posto de Saúde do Assentamento Bela Vista), as demais entrevistas foram realizadas nas próprias residências dos entrevistados.

Ao chegar no campo o primeiro passo foi contatar os informantes e explicar as intenções e os objetivos dessa pesquisa. Após apresentação dos objetivos, explicamos e discutimos o roteiro e iniciamos a entrevista. Buscamos dar total liberdade para que os informantes contassem os momentos que considerassem importante em suas trajetórias. Antes da realização das entrevistas pedimos autorização para utilizar o gravador para registrar as falas dos entrevistados.

Nos valem das contribuições de Thompson (1998); Gil (1999); Beaud e Weber (2007); Meihy (2010) - especialistas da História Oral – na preparação e organização do roteiro e das entrevistas. Portanto, entendemos aqui que, além de ser uma técnica de investigação social, a entrevista define-se como uma relação social estabelecida entre as pessoas. Nesse sentido, partimos da concepção defendida por Thompson (1998), em que essa interação deve preconizar a ideia de cooperação,

confiança e respeito mútuo.

CAPÍTULO 1 REVISÕES BIBLIOGRÁFICAS EM PAUTA: REVISITANDO A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Ao compreender a complexidade e a diversidade de identidades sociais que se materializam nas distintas formas de luta e organização dos movimentos sociais que reivindicam terra, Sauer (2017) realizou o exercício de identificar as dificuldades, os entraves e os desafios de mobilização, como também os avanços em relação à luta pela terra e território no Brasil do século XXI. Para qualificar essa discussão, o autor ressalta a necessidade de entender as raízes históricas dos conflitos por terra, mas também salienta o debate sobre a contemporaneidade da questão agrária brasileira, como fundamento de legitimidade dos movimentos sociais.

Portanto, para entender a questão agrária no Brasil é necessário retomar os elementos da formação da estrutura fundiária – marcada pela concentração da propriedade da terra –, além da gênese e evolução das lutas pela terra e por reforma agrária no país. Em relação a isso, Stédile (2005) demonstra que existem diversas leituras em relação ao conceito de questão agrária. A questão agrária pode ser interpretada de diversas formas, de acordo com a ênfase que se quer dar a diferentes aspectos do estudo da sociedade brasileira. Desse modo, entende-se a “questão agrária como o conjunto de interpretações e análises da realidade agrária, que procura explicar como se organiza a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira” (STÉDILE, 2005, p. 15).

Em um dos textos da coletânea sobre a questão agrária brasileira, Stédile (2005) oferece múltiplas e diferentes leituras de como se desenvolveu a posse, a propriedade, o uso e a utilização das terras na sociedade brasileira. No entanto, os estudos acerca da realidade agrária brasileira são recentes. O tema da questão agrária entra em evidência a partir da década de 1960, devido à necessidade política e sociológica dos partidos políticos (STÉDILE, 2005).

Desse modo, vemos que a questão agrária é um tema de grande complexidade, pois envolve um conjunto de processos compostos de “história, gênese e desdobramentos históricos, sociais e políticos que marcam e demarcam seu lugar no presente” (MARTINS, 2000, p. 98). A questão agrária é vista como uma questão essencialmente histórica, tendo sua própria materialidade, que não é tempo de governo. Por isso, entende-se que a questão agrária não está relacionada apenas à estrutura

fundiária, mas envolve um conjunto de dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais que se materializam na agricultura familiar, nos problemas da fome, da exclusão e da precarização das relações de trabalho vivenciadas no âmbito do espaço rural brasileiro. De acordo com Martins,

A questão agrária é, em termos clássicos, o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas (MARTINS, 2000, p. 100).

Martins (2000, p. 100) escreve que “a luta pela terra, da qual deriva a luta pela reforma agrária, é também uma luta pela inclusão, pela inserção social ativa, produtiva, participante e criativa, na sociedade, e luta por dignidade e respeito e não por aquilo que na consciência popular é tido como esmola”.

Delgado entende a questão agrária e reforma agrária como conceitos interdependentes, mas autônomos. Ambos se reportam à estrutura agrária de um país ou região (DELGADO, 2017). A questão agrária é vista como uma leitura de problematização da estrutura da propriedade, posse e uso da terra. A reforma agrária engloba uma proposta política de reforma da estrutura agrária. “Podem não coincidir no tempo histórico determinado a relação original da questão agrária e da reforma agrária, relativamente a natureza contemporânea dos problemas centrais da estrutura agrária (DELGADO, 2017, p. 21)

Portanto, “a questão agrária é hoje um conjunto de pontas desatadas desse longo e inacabado processo histórico”. (MARTINS, 2001, p.101).

1.1 Lutas pela terra, por território e reforma agrária

Fernandes apresenta uma leitura da luta pela terra e da resistência camponesa nos cinco séculos de história do Brasil. “Em todos os períodos da história, os camponeses lutaram para entrar na terra. Lutaram contra o cativo, pela liberdade humana. Lutaram pela terra das mais diferentes formas, construindo organizações históricas” (FERNANDES, 2001, p. 1).

De acordo com o autor, é impossível dissociar as ocupações de terras da intensificação da concentração fundiária. Nesse sentido as ocupações de terra surgem como uma estratégia de luta e resistência camponesa. Já a reforma agrária é uma política recente, comparada ao processo de formação do latifúndio e de luta pela terra. A luta pela reforma agrária ganhou força com o advento das organizações camponesas, principalmente desde a década de 50 com o crescimento das Ligas Camponesas (FERNANDES, 2001, p.1).

A luta pela terra é mais antiga, nasceu com o latifúndio. Contudo, o autor mostra que é fundamental distinguir a luta pela terra da luta pela reforma agrária. “Primeiro, porque a luta pela terra sempre aconteceu, com ou sem projetos de reforma agrária. Segundo, porque a luta pela terra é feita pelos trabalhadores e na luta pela terra participam diferentes instituições (FERNANDES, 2001, p.1).

A reivindicação da reforma agrária, do mesmo modo, nasceu nos anos cinquenta como reivindicações dos setores esclarecidos de classe média urbana, de setores católicos conservadores e familistas, marcados por moderado e cauteloso empenho, de alguns setores católicos de esquerda e de uma fração das esquerdas laicas. Portanto, mais por um impulso ideológico e por motivação humanitária voltada para a solução das injustiças sociais do que, propriamente, por ser expressão de uma inadiável necessidade de mudança (MARTINS, 2000, p. 102).

Os conflitos sociais no campo, no Brasil, não são uma exclusividade de nossos tempos. São, isto sim, uma das marcas do desenvolvimento e do processo de ocupação do campo no país (OLIVEIRA, 1994, p. 15). Ao discutir sobre os elementos da questão agrária brasileira, Oliveira (1994) elenca diversas formas de luta pela terra especializadas ao longo da evolução do território brasileiro: - As lutas na escravidão; - As lutas de Canudos e Contestado; - As lutas dos Colonos na fazenda de café; - As lutas camponesas em meados do século XX; - As lutas de Trombas e Formoso; - As lutas pela terra no Paraná; - A formação e luta das Ligas Camponesas; - As lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo do país. São memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um

tempo descompromissado com o relógio capitalista (OLIVEIRA, 1994, p. 17).

De acordo com o autor, o século XX foi palco de grandes episódios de luta pela terra no Brasil, sendo um período marcado pelos altos índices de violência e mortes no campo. Essas múltiplas lutas definem-se como uma luta contra o capital, contra a expropriação, subordinação e exploração. Portanto, entende-se a luta pela terra como uma luta pela sobrevivência.

Palmares, Canudos, Contestado, greves nos cafezais paulista, muitos têm sido os exemplos de luta na história dos trabalhadores e dos rebeldes. Foi, pois, nesse processo combativo que os trabalhadores do campo foram forjando os movimentos sociais de luta pela terra e pelo estabelecimento de relações de trabalho condizentes com a dignidade humana capitalista (OLIVEIRA, 1994, p. 22).

Nesse sentido, ressalta-se a diversidade do universo de lutas por terra no país. É um processo que perpassa as lutas dos povos indígenas, dos posseiros, dos peões, dos camponeses, dos desapropriados por grandes empreendimentos do Estado, dos “Brasiguaios”, dos sem-terra e os dos trabalhadores rurais.

1.2 A luta pela terra como estratégia dos movimentos socioterritoriais rurais

Ao espacializar as diferentes formas de luta pela terra Oliveira (1991); Girardi e Fernandes (2008); Fernandes (2013) mostram que as ocupações de terra são a principal estratégia de luta dos trabalhadores rurais, camponeses e agricultores familiares no Brasil e em resposta a essas ações o Estado promove a criação de assentamentos rurais. No entanto, a política de assentamentos rurais no Brasil é encarada como uma *reforma agrária conservadora* (GIRARDI e FERNANDES, 2008) devido às limitações e o alcance reduzido. Portanto,

essa política não consegue desconcentrar a terra, diminuir as desigualdades sociais ou impedir o êxodo rural, além de ter a Amazônia como válvula de escape para não reformar as regiões de ocupação consolidada no Centro Sul e no Nordeste (GIRARDI; FERNANDES, 2008, p. 73).

Os autores acreditam que a luta pela terra por meio das ocupações de terra e a criação de assentamentos são uma maneira de recriação do campesinato no território. No Brasil, as ocupações de terra são a principal forma de luta dos camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais organizados em movimentos socioterritoriais (GIRARDI e FERNANDES, 2008). As áreas ocupadas geralmente são as terras devolutas, os latifúndios e estabelecimentos rurais em que as leis trabalhistas e ambientais foram desrespeitadas.

Os assentamentos rurais abarcam terras desapropriadas pelo Estado, como os projetos de assentamentos estaduais, federais e municipais. Nesse tipo de assentamentos, os movimentos socioterritoriais camponeses se territorializam a partir da desterritorialização do latifúndio (GIRARDI e FERNANDES, 2008). Para os autores esses assentamentos surgem por meio da iniciativa do governo ou da demanda dos movimentos de camponeses, agricultores familiares e trabalhadores rurais.

Neste trabalho de dissertação busca-se entender a importância da reforma agrária para as pessoas que lutaram e lutam por terra no contexto histórico e geográfico da região de Araraquara (SP). Portanto, torna-se fundamental refletir sobre o sentido da luta pela terra para as pessoas que se aventuram nessa jornada. De acordo com Sauer (2005, p. 58), “a terra ganha um significado, real e simbólico, de um lugar de trabalho, moradia e produção, portanto, de reprodução social camponesa”.

Em algumas investigações sobre as motivações e significados da luta pela terra no Brasil, Sauer (2005) encontrou nas falas das famílias entrevistadas muita coragem, sabedoria e corações cheios de esperança e sonhos. Nessas andanças, as famílias de trabalhadores rurais sem-terra passam por “um verdadeiro nomadismo geográfico e social em busca de trabalho e condições de vida” (SAUER, 2005, p.58).

Sauer (2005, p. 68) constata que, “o simples acesso à terra – e seu significado real e simbólico – é o grande diferencial, especialmente porque abre novas perspectivas de vida para as famílias sem-terra”. O acesso à terra representa um conjunto de possibilidades para os trabalhadores sem-terra, tornando-se um novo momento e um novo lugar na experiência de vida das pessoas acampadas e assentadas. O acesso é uma dimensão fundamental da construção da identidade social, em que a terra se torna a categoria mediadora desse processo (SAUER, 2005). Numa perspectiva das pessoas envolvidas no processo,

a conquista da terra é uma “graça alcançada”, mediada pelo trabalho, pela atividade humana que, junto com a fertilidade da terra, faz ela produzir, gerando fartura e liberdade. A terra, no entanto, não é representada apenas como um meio ou instrumento de trabalho ou de produção. O processo de luta e a construção simbólica colocam a terra também como um lugar de vida, uma moradia, capaz de acolher e dar sentido à existência. Ela representa um local de pertencimento, de construção real e simbólica do ser, um vir-a-ser que é estar em um lugar (SAUER, 2005, p. 69).

Sauer (2005, p.70) destaca que “as histórias de vida das pessoas sem-terra são verdadeiros “itinerários biográficos”, gerando desejos e reforçando representações em que a casa e o lugar de moradia são um porto seguro”. Desse modo, percebe-se que a luta pela terra se torna relevante, na medida em que a criação de assentamentos rurais dinamiza as regiões em que são instalados, possibilitando uma nova organização social, política e econômica. No que diz respeito as jornadas de luta pela terra,

as pessoas se “des-locam” em busca de trabalho e a possibilidade de “enraizamento” materializa segurança, porque estabelece um ponto de referência (um endereço) e uma localização geográfica, dando perspectivas para o pertencimento. Possuir um lugar se transforma (em um lugar existencial, constitutivo do ser) na referência que contrasta com a ausência de um local para morar ou mesmo com as incertezas de um acampamento (SAUER, 2005, p. 70).

O lugar constitui-se uma dimensão fundamental no processo de luta pela terra. As famílias visualizam no acesso à terra um lugar de trabalho, de vida e de reprodução social.

O assentamento é um espaço, geograficamente delimitado, que abarca um grupo de famílias beneficiadas por programas governamentais de reforma agrária. A constituição do assentamento é resultado de um decreto administrativo do governo federal que estabelece condições de posse e uso da terra (SAUER, 2005, p.59).

Por outro lado, o assentamento só é criado a partir do enfrentamento com os poderes políticos, das disputas com o latifúndio e da mobilização dos movimentos sociais de luta pela terra. Portanto, ele é “produto de conflitos, lutas populares e demandas sociais pelo direito de acesso à terra” (SAUER, 2005, p. 59).

Carvalho (1999, p.10) mostra que “o assentamento deve ser compreendido como uma encruzilhada social”, na medida em que ele é um espaço geográfico e social de continuidade da luta pela terra, local em que muitas trajetórias e histórias de vida se confluem no horizonte da terra.

É o lugar onde diferentes biografias se encontram – ou ampliam os encontros iniciados nos acampamentos – e iniciam novos processos de interação e identidades sociais, gerando novos atores sociais e políticos. Esses atores terão como principais fatores de mediação real e simbólica (interna e externa) a terra, o trabalho e a produção (SAUER, 2005, p. 61).

A criação de assentamentos rurais no Brasil está diretamente relacionada as ações dos movimentos sociais de luta pela terra (FERNANDES, 2001). Sauer (2017) destaca que os movimentos agrários e organizações sociais rurais têm sido decisivo no processo de luta pela terra, na criação de assentamentos e políticas públicas de desenvolvimento rural (SAUER, 2017).

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra permite aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se, no seio do território da reprodução geral capitalista (OLIVEIRA, 1994, p. 18).

A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra é entendida como uma forma de violência simbólica, sendo um dos principais mecanismos para desmobilizar as lutas dos trabalhadores sem-terra. Nesse contexto de entraves e dificuldades de mobilização, além de fazer o balanço e traçar as novas estratégias, o autor mostra a necessidade de reconhecimento das conquistas territoriais, tendo em vista que “geram novos desafios e exigem respostas dos movimentos sociais” (SAUER, 2017, p.369).

Muito além de resgatar processos mais antigos como os de resistência à expropriação da terra e à exploração do trabalho (SAUER, 2017) o autor faz um esforço teórico sobre questões que compreendam a totalidade das lutas e mobilizações sociais, a diversidade de movimentos e entidades, além da diversidade da formação social e cultural das populações do campo brasileiro. Nesse sentido, o autor reconhece a importância – atual e histórica – dos movimentos sociais, além de olhar para a complexidade social, cultural e política do meio rural marcado pela “complexidade em diferentes formas organizativas, reivindicações políticas e lutas” (SAUER, 2017, p. 370).

Partindo do debate sobre a contemporaneidade da reforma agrária, Sauer busca explicitar os principais entraves às mobilizações de luta pela terra. Nesse sentido, o objetivo do autor é “sistematizar alguns elementos responsáveis pelas atuais dificuldades de mobilização e avanços de lutas por terra e território no campo brasileiro” (SAUER, 2017, p. 371).

Sauer (2017) tece críticas em relação ao termo de agricultura familiar que, em vez de ser uma categoria que agrega e oferece unidade política aos grupos do campo, acabou invisibilizando outras identidades e sujeitos sociais, como os camponeses, ribeirinhos, quilombolas, geraizeiros, extrativistas, quebradeiras-de-coco, assalariados rurais, indígenas, pescadores artesanais e etc. (SAUER, 2017). O autor afirma que para entender a realidade fundiária e a atuação dos movimentos sociais brasileiros no campo é fundamental considerar a história da questão agrária. Nesse contexto,

A repressão política (perseguições, prisões, assassinatos, ameaças, etc.) e a modernização agropecuária com a implantação da Revolução Verde, especialmente a partir da década de 1970, recolocaram a questão nos países em desenvolvimento. Recolocou porque, além de provocar profundas mudanças na base produtiva agrícola, criou condições para uma narrativa modernizante e excludente (SAUER, 2017, p. 373).

Apesar desse cenário, os movimentos sociais sempre mantiveram o tema na pauta política demandando terra e políticas para o campo (SAUER, 2017). Os movimentos sociais intensificaram as mobilizações e ocupações de luta pela terra no território brasileiro. Nesse sentido, entram diversos sujeitos no processo de luta pela terra – posseiros, camponeses, trabalhadores rurais sem-terra, boias-frias – que vão movimentar o campo brasileiro. Esse período é marcado pelo alto índice de conflitos por terra no território.

1.3 A questão agrária brasileira no século XXI: os conflitos no campo e a emergência de novos grupos sociais na luta pela terra

Ao observar a dinâmica agrária brasileira dos últimos anos, abarcando o período (2000-2015), Porto Gonçalves *et al.* (2015) perceberam “seu caráter altamente contraditório materializado no elevado e crescente número de localidades em conflitos

de terra/água, de ocorrências de conflitos e de famílias neles envolvidas” (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2015, p. 86).

De acordo com os dados apresentados pelos autores entre 2000 e 2015 foram registradas 5.782 localidades em conflito, envolvendo 97.399 famílias ao ano. No mesmo período, 38.280 famílias foram expulsas, 295.935 sofreram de tentativas de expulsão, 248.353 foram despejadas, 25.746 foram ameaçadas de despejo, 45.946 tiveram suas casas destruídas, 40.078 suas roças destruídas, além de 602 foram vítimas de assassinatos no período (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2015).

Quadro 1: Dados sobre conflitos no campo no período 2000-2015.

| | |
|--|--------------|
| Localidades em conflito | 5.782 |
| Famílias envolvidas | 97.399 |
| Famílias expulsas | 38.280 |
| Famílias – tentativas de expulsão | 295.935 |
| Famílias despejadas | 248.353 |
| Famílias ameaçadas de despejo | 25.746 |
| Famílias com casas destruídas | 45.946 |
| Famílias com roças destruídas | 40.078 |
| Vítimas de assassinato | 602 |

Fonte: Porto-Gonçalves *et al.* (2015).

Os dados mostram o nível de violência no campo brasileiro, especialmente contra as pessoas que lutam por terra e território. Verifica-se, que nos últimos anos, houve um crescimento de localidades em conflito envolvendo populações tradicionais (Quadros 1, 2 e 3). Isso mostra a diversidade de grupos sociais que vem marcando a cena agrária brasileira nos últimos anos.

São mulheres quebradeiras de coco babaçu, seringueiros, faxinalenses, cipozeiros, quilombolas, indígenas, camponeses de fundo e fecho de pasto, retireiros, vazanteiros, ribeirinhos, pescadores, caatingueiros,

extrativistas, atingidos pela mineração e atingidos pelo linhão, sem-terra (PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2015, p. 89).

Ao associar os dados à dinâmica histórica e geográfica os autores ressaltam a importância de repensar o significado da questão agrária no Brasil, devido ao aumento no número de conflitos, em que a Amazônia ganha destaque, com o crescimento da participação das populações tradicionais entre os diferentes grupos sociais que lutam e demandam terra no território brasileiro.

Conforme visto em Barone e Ferrante (2017) e Sauer (2017), os autores, destacam a importância que os povos tradicionais “vêm assumindo na cena política agrária brasileira e pelas questões teórico-políticas que daí emanam” (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2017, p. 88).

As lutas dos posseiros e sem-terra conformaram, ainda, um novo grupo social – o assentado – que também traz as marcas do Estado na sua constituição (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2017, p. 88).

Os autores entendem o assentamento como fruto de uma tensão entre terra e território, “haja vista serem, na sua grande maioria, um somatório de propriedade privadas e não um território controlado pelos assentados” (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2017, p. 88). Ainda, segundo os autores, há no Brasil atualmente mais de um milhão de famílias assentadas, ocupando uma área de cerca de 85 milhões de hectares de terra, aproximadamente 10% de todo o território nacional (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2015).

Quadro 2: Categorias sociais protagonistas de violência / Ocorrências de conflitos por período – Brasil 2000-2015.

| Categoria Social | 2000-2007 | 2008-2015 | Total |
|-------------------------|------------------|------------------|--------------|
| Fazendeiro | 2468 | 2175 | 4643 |
| Empresário | 778 | 1575 | 2353 |
| Grileiro | 404 | 806 | 1210 |
| Mineradoras | 17 | 446 | 463 |
| Madeireiros | 88 | 251 | 339 |

| | | | |
|-----------------------------|------|------|-------|
| Hidrelétricas | 38 | 178 | 216 |
| Estado | 1047 | 531 | 1578 |
| Total de ocorrências | 5423 | 6304 | 11727 |

Fonte: Porto-Gonçalves *et.al.* (2015).

Os autores destacam a queda no número de ocupações e de acampamentos e aumento de localidades em conflito no período considerado. Ressalta-se o aumento da participação das populações tradicionais nesses conflitos. Nesse sentido, os autores avaliam que

No Brasil inteiro, independentemente da região geoeconômica, são as populações tradicionais que vêm ocupando a cena do enfrentamento fundiário e sinalizando para a ressignificação da questão (da reforma) agrária (PORTO-GONÇALVES *et al.* 2015, p.97).

Portanto, os dados apresentados pelos autores demonstram a continuidade dos conflitos e da violência no campo, elementos inerentes à dinâmica agrária brasileira.

Quadro 3: Localidades em conflito por região geoeconômica – Brasil (2000-2015).

| | |
|-----------------|------------|
| Amazônia | 44% |
| Centro-Sul | 29% |
| Nordeste | 27% |

Fonte: Porto-Gonçalves *et al.* (2015).

Não existe consenso no que diz respeito ao projeto de reforma agrária no Brasil. Há os que acreditam que não tem mais sentido prático numa política de reforma agrária, e outros que acreditam que a reforma agrária pode ser um modelo transformador da sociedade.

Contudo, a reforma agrária sempre foi um tema polêmico, não só pela defesa ou rejeição do modelo, como também pela polissemia e multivocidade que

marcaram a construção e a trajetória dessa bandeira política (BARONE *et al.*, 2016; BARONE e FERRANTE, 2017).

A reforma agrária pode ser entendida empiricamente como a demanda diretamente resultante das distintas formas de luta pela terra empreendidas por diferentes subalternizados, em diferentes contextos regionais do país (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 24).

Diversos estudos – Oliveira (1991); Fernandes (2001); Silva (2004); Stédile (2005); Porto-Gonçalves *et al.* (2015) e Sauer (2017) - demonstram que existe uma diversidade de sujeitos e de lutas no espaço rural brasileiro. Para compreender o sentido dessas lutas pela terra e reforma agrária é importante resgatar alguns elementos da estrutura social brasileira, tais como a forte concentração fundiária e o excludente processo de desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. A partir disso, Barone e Ferrante (2017) entendem a reforma agrária a partir de duas chaves de interpretação: como utopia e como política pública.

Ao discutir a questão agrária na atualidade, Delgado (2017) situa os temas da questão agrária e da reforma agrária no campo conceitual da estrutura da propriedade e uso da terra em dado contexto histórico. A partir da conceituação e contextualização desses temas, o autor mostra a relação direta da questão agrária e reforma agrária com a estrutura agrária. Ao caracterizar esse conjunto de elementos na atualidade o autor propõe demonstrar como se materializa o Cerne da Questão Agrária Atual, entendido como

uma tendência muito forte da economia política de mercado em tratar a terra como se fora “uma mercadoria como outra qualquer”, não obstante a norma fundiária geral no direito constitucional que afirma explicitamente o contrário (DELGADO, 2017, p. 14).

Delgado defende a necessidade de discutir a questão agrária a partir de elementos inerentes do seu período histórico. É importante compreender que há condições históricas distintas entre os anos 1960, o período pós-redemocratização e na atualidade (Delgado, 2017).

O conceito chave é o de estrutura agrária, no sentido jurídico e socioeconômico – dos direitos de propriedade posse e uso da terra”. A estrutura desses direitos (compreendida como o regime fundiário em

vigor) que configura as relações sociais relativas à propriedade, posse e uso da terra (DELGADO, 2017, p. 15).

Delgado pressupõe duas mudanças significativas e contraditórias em relação à estrutura agrária brasileira atual:

I – mudança conceitual forma do direito de propriedade fundiária rural, configurada desde a Constituição de 1988 pelos critérios expressos de sua função social e ambiental legitimadora (Art. 5, XXIII, combinado com o Art. 186); acrescida das salvaguardas aos direitos territoriais dos povos indígenas (Art. 231) e ainda das comunidades quilombolas (ADCT – Art. 68). II – um novo ciclo de economia política, claramente configurado nos anos 2000, mediante reestruturação de uma economia política do agronegócio, com expressa estratégia de captura da renda e de riqueza fundiária, segundo critérios estritos da completa “mercadorização” dos espaços territoriais (DELGADO, 2017, p. 17).

De acordo com o autor, há evidências de uma hegemonia política da economia do agronegócio com tendência à concentração fundiária como estratégia de acumulação capitalista. Delgado aponta elementos de uma reestruturação do projeto de modernização da agricultura nos anos 2000.

Esse projeto articulado externamente pela “reprimarização” do comércio exterior brasileiro organiza-se internamente como pacto de poder entre as cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob a forma de uma hegemonia política, contando com forte aparato ideológico (mídias, academia, burocracia) de certa forma dispensável durante o regime militar. Conta também com uma sólida bancada ruralista, que era também dispensável no período dos governos militares (DELGADO, 2017, p. 19).

Há nesse contexto uma tendência de mercadorização da natureza, tendo na terra uma “mercadoria como outra qualquer”. Para Delgado (2017, p. 20), o cerne da reforma agrária define-se como a “desmercadorização” da terra, assim como o cerne da política do Estado do bem-estar é a “desmercadorização” do trabalho humano.

A partir disso, Delgado (2017, p. 20) ressalta que no caso da reforma agrária brasileira, se não houver “mudança do regime de propriedade mercantil (Art. 186 C.F.), não se muda a estrutura agrária, ao contrário, conduz-se o Programa de Assentamentos ou para a mercadorização ou para a desativação”.

Com o aumento das localidades em conflitos por terra na última década (Porto-Gonçalves *et al.* 2015), percebe-se um agravamento dos problemas agrários

contemporâneos. A nova conjuntura política e econômica propiciou um pacto político entre os proprietários de terra, cadeias agroindustriais e Estado nos anos 2000, negando a realização da reforma da estrutura agrária, segundo o conceito de sua função social e ambiental, conforme preconizado na Constituição Federal de 1988 (Delgado, 2017).

Nesse sentido, “temos, portanto, o impasse da questão agrária recriado nos anos 2000, sob vigência de uma reforma agrária, residual, caminhando para a desativação ou para regulação pelo mercado de terras, dominado pelo capital financeiro” (DELGADO, 2017, p. 22)

Assim como em Sauer (2017), Barone e Ferrante (2017) buscam oferecer uma visão ampla sobre os impasses da reforma agrária no Brasil do início do século XXI. Nesse contexto, há diversas possibilidades de uma ressignificação da reforma agrária, devido à multiplicidade de sujeitos e organizações que lutam por terra, território e cidadania, a diversidade cultural e uma nova relação com o meio ambiente, proposto por paradigmas mais sustentáveis, como a agroecologia. Portanto, essa reconfiguração se dá

nessa busca/ disputa por espaços de mais participação cidadã, inclusão socioeconômica e sustentabilidade no meio rural, numa escala territorial (portanto, circunscrevendo territórios) que ultrapassa em muito o recorte formalmente expresso pela dicotomia rural-urbano (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 25).

Ao fazer uma análise qualitativa desse processo, os autores entendem a reforma agrária a partir do seu sentido polissêmico, sendo vista como uma luta social, como projeto/utopia e como uma política pública. Por meio de um acompanhamento contínuo e sistemático da realidade social dos assentamentos de algumas regiões do Estado de São Paulo, Barone e Ferrante (2017) compreendem essa evolução a partir da categoria analítica de “trama de tensões sociais” materializadas por relações complexas e singulares entre os atores (assentados; trabalhadores rurais) e as agências que se configuram em torno da política pública.

Tal trama se constitui historicamente pelo confronto dos agentes e das agências que se (dis)põem num campo específico, qual seja, o campo sociopolítico gerado a partir das distintas demandas por reforma agrária no país (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 26).

Para entender esses impasses os autores discutem a reforma agrária e a política de assentamentos rurais a partir de três grandes ciclos, no contexto do período democrático, evidenciando três picos, que corresponde a momentos de intensificação e refluxo de assentamentos. De acordo com os dados apresentados no texto, o primeiro ciclo tem início em 1986, em que há um salto no número de famílias assentadas. Este ciclo vai até o ano de 1994 (perpassando pelos governos de Fernando Collor (1990-1992) e Itamar Franco (1993-1994)).

O segundo ciclo corresponde aos mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) em que há um crescimento do número de movimentos dos sem-terra e atinge o máximo em 1997, quando entra em desaceleração até o ano de 2003, primeiro ano do governo Lula.

A intensa mobilização dos trabalhadores rurais marca o período, assim como a pressão internacional advinda do impacto das chacinas de Corumbiara e Eldorado dos Carajás (ambas no Estado do Pará). Em resposta às pressões, mesmo que em meio à oposição de parcela dos movimentos de luta pela terra (principalmente o MST), o governo federal assenta cerca de 400 mil famílias no período (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 28)

Baseando-se em dados da Rede DATALUTA os autores mostram que no terceiro ciclo, correspondente ao período do governo Lula (2003-2010), foram assentadas cerca de 300 mil famílias sem-terra.

partindo de um patamar relativamente baixo (23 mil assentados em 2003), o governo assenta um número crescente de famílias nos anos entre 2004 e 2006 (sendo o pico em 2005, com 79 mil assentados, seguido de 74 mil, em 2006) - o que corresponde ao primeiro mandato de Lula. No seu segundo governo, no entanto, o ritmo de assentamento cai bastante, repetindo a performance do segundo governo FHC e definindo um viés de baixa que se mantém até os anos iniciais do governo Dilma (2011-2014) (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 28).

Buscando compreender os baixos índices de distribuição de terras para fins de reforma agrária no país, Barone e Ferrante (2017) se baseiam na hipótese de que estamos no final de um ciclo. Uma das possíveis explicações para a queda do número de famílias assentadas seria o alinhamento político e a estreita relação entre os movimentos

sociais e o governo federal. Também é apontado o fato de o Brasil ter passado por uma conjuntura econômica favorável no período com forte incremento do emprego e renda.

A partir desse alinhamento dos movimentos sociais com o governo Lula, constata-se um processo de desmobilização da luta pela terra e pela reforma agrária no período (BARONE e FERRANTE, 2017). De acordo com os autores a hipótese do fim de ciclo da reforma agrária se configura a partir do contexto social, político e econômico da gestão Lula (2003-2010) em que a diminuição do número de assentamentos e de famílias está relacionada

a combinação do baixo nível de desemprego, incremento da renda das classes trabalhadoras e um governo – o do PT – com uma grande capacidade de interlocução e de hegemonia sobre os movimentos e organizações de trabalhadores rurais consolidou uma tendência de diminuição da pressão por novos assentamentos (BARONE e FERRANTE, p. 33).

Desse modo os autores buscam refletir sobre a questão de a reforma agrária ser, no atual quadro histórico que o Brasil atravessa, avanço ou retrocesso (BARONE e FERRANTE, 2017). Por isso, justifica-se a necessidade de se reavaliar as dimensões da questão agrária presentes no “Brasil moderno”, tendo em vista que

Essa dúvida pode ser compreendida como constitutiva da ambiguidade que caracteriza a modernização (processo socioeconômico) e a modernidade (processo sociocultural) brasileiras. Temos que a modernização da agricultura no país deve ser reavaliada posto que, ainda no Século XXI, incorpora – às vezes como fator central do processo de valorização do capital – práticas extremamente perversas e regressivas (devastação ambiental, trabalho forçado, expropriações violentas etc.), próprias de um processo de acumulação primitiva que na realidade brasileira, não é apenas um estágio inicial do capitalismo (uma acumulação originária, delimitada cronologicamente pelo limiar da industrialização e/ou da acumulação capitalista stricto sensu), mas um elemento estrutural (e estruturante) das relações de produção notadamente (mas não exclusivamente) no setor primário da economia brasileira (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 34)

Baseando-se em Martins (2000) os autores avaliam a modernidade brasileira como anômala e confusa, tendo em vista que apesar do padrão de agricultura se apresentar como moderno, ele ainda se utiliza de práticas típicas da acumulação primitiva, como a devastação da natureza, trabalho forçado e expropriação. Os mesmos agentes que se dizem “modernos” lançam mão de políticas regressivas, aliando-se aos

setores mais atrasados da sociedade brasileira. Ainda, citando Martins (2000) “seria nas fissuras da ordem patrimonial brasileira que se insinuaria a modernidade no Brasil”. Desse modo, “a reforma agrária carrega, dado essa anomalia frente à modernidade clássica, essa ambiguidade de ser passado e futuro” (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 35).

Nesse contexto de desmobilização das lutas por terra, território e reforma agrária os autores reconhecem a importância das ações de novos sujeitos (povos indígenas, comunidades quilombolas, posseiros e ribeirinhos etc.) que estão protagonizando as lutas no campo brasileiro.

Porto-Gonçalves *et al.* (2015) evidenciam o crescimento de mobilizações de outros segmentos sociais – além de trabalhadores rurais sem-terra – na luta por terra e território no Brasil contemporâneo. Entendem-se as questões indígena e quilombola como paralelas e interligadas a questão agrária, haja vista que elas se dão em áreas que o agronegócio tem interesse de se territorializar.

Portanto, além dos trabalhadores sem-terra, outros personagens entram em cena na luta pela terra do século XXI, como os indígenas, quilombolas e ribeirinhos. Desse modo, “a luta pela terra (e por uma ressignificada reforma agrária) parece que continua transformando sem-terra em indígenas e indígenas em sem-terras” (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 37).

Há nesse contexto um processo de recriação e manutenção de agriculturas alternativas, de transições agroecológica, significando um caminho para o desenvolvimento de unidades produtivas relacionadas a valorização da segurança e seguridade alimentar. Outro elemento verificado pelos autores é que “na interface desses dois elementos (luta pela terra e agriculturas alternativas) desenvolve-se atualmente uma luta por uma reforma agrária periurbana – juntamente com a questão agrária e urbana” (BARONE e FERRANTE, 2017, p. 38). Há experiências de luta e de assentamentos nas regiões metropolitanas de Campinas e de São Paulo, brechas para alternativas como a agricultura urbana e agroecologia. A reforma agrária também ganha novo significado no contexto dos assentamentos PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), modelos difundidos no contexto da região Amazônica, mas recriados em outros territórios.

Destacamos alguns autores – Porto-Gonçalves *et al.* (2015); Barone *et al.* (2016); Barone e Ferrante (2017) Sauer (2017) e Delgado (2017) - que fazem o

exercício de ressignificar a reforma agrária no contexto brasileiro do século XXI. Nesse cenário os assentamentos rurais convivem com o altíssimo nível de concentração fundiária e sua modernidade anômala e inconclusa geradora de desigualdades (BARONE e FERRANTE, 2017).

1.4 A política de assentamentos rurais no Brasil: ciclos, rupturas e perspectivas

Os assentamentos rurais no Brasil¹ configuram-se como resultado da política de reforma agrária materializada a partir da pressão e da luta dos camponeses, de agricultores familiares e de trabalhadores rurais sem terra em busca do direito à terra e de uma sociedade mais justa. Segundo Bergamasco e Norder:

O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 8).

Silva compreende o assentamento como “um espaço social em processo de construção, onde as distintas temporalidades – passado, presente e futuro – acham-se imbricadas e são resultantes das ações dos sujeitos em determinadas circunstâncias” (SILVA, 2009, p. 109).

Numa perspectiva política, definida por conflitos e tensões na luta pela terra é necessário compreender a história fundiária e agrária brasileira pautada na exploração e expropriação material e simbólica (DUVAL *et al.* 2015) e no desenraizamento (MARTINS, 2009) das culturas do campo por parte do capital que pode atuar na dissolução do conhecimento e da consciência social do modo de vida camponês

¹ Segundo Bergamasco e Norder, os assentamentos rurais no Brasil podem ser classificados em cinco tipos: a) projetos de colonização, formulados durante o regime militar, a partir dos anos 70, visando a ocupação de áreas devolutas e expansão da fronteira agrícola; b) reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; d) programas de reforma agrária, via desapropriação por interesse social, com base no Estatuto da Terra (de 1964), parcialmente implementado a partir de 1986 sob a égide do Plano Nacional de Reforma Agrária, iniciado no governo Sarney; e) a criação de reservas extrativistas para seringueiros na região amazônica e outras atividades relacionadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p.8).

(BOGO, 2010). Entende-se que o desenraizamento não pode ser compreendido como uma ruptura com os conhecimentos e modo de vida anterior (FERRANTE, 1992).

O universo rural contemporâneo se materializa pela diversidade de sujeitos que utilizam a agricultura de base familiar além de outras culturas tradicionais que vivenciam a dimensão de *condição camponesa* (DUVAL *et al.* 2015). Esse novo olhar para o mundo rural rompe com a visão errônea desse espaço como apenas um local destinado à produção agropecuária e ao desenvolvimento agrícola. Em oposição a isso, entende-se uma dimensão do rural como um modo de ser – estar – viver dos grupos sociais. Sob a perspectiva do rural contemporâneo, os autores escrevem que,

É um rural sobre o qual a racionalidade capitalista avança e insere elementos urbanos e industriais, mas também onde são mantidas lógicas distintas da capitalista justamente pelo modo de vida camponês – das condições de produção e reprodução social das pessoas no meio rural (DUVAL *et al.* 2015, p.63).

Sobre o rural como local exclusivo de atividades agropecuárias, os autores compreendem que essa visão se consolidou devido à necessidade desse espaço produzir alimentos para os centros urbanos, mas, atualmente, há na literatura brasileira uma pluralidade de concepções sobre o mundo rural moderno, englobando temas ligados à quebra da dicotomia rural-urbano, sobre os perfis de classe média no campo até os avanços da pluriatividade e multifuncionalidade e as funções não-agrícolas no rural (DUVAL *et al.* 2015). Por conta dessa discussão, vários autores reivindicam o meio rural como uma categoria sociológica importante para o entendimento da diversidade brasileira na atualidade.

Os autores chamam a atenção para os que creem na perda das tradições, valores e aspectos inerentes à ruralidade quando ocorre o processo de aquisição e adesão de informações, tecnologias e estilos de vida urbanos, porém, no atual contexto da modernidade e da globalização, o modo de vida no campo não está se diluindo e se descaracterizando e, sim, se adaptando às novas condições históricas.

Contudo, existem preconceitos generalizados derivados de processos ideológicos em relação às pessoas que vivem em áreas rurais (WHITAKER, 2000; WHITAKER *et al.* 2002; WANDERLEY, 2011), assim como nos grupos sociais tradicionais, quando se apropriam e se utilizam das informações e as tecnologias no seu cotidiano, na medida em que os argumentos de uma parte da sociedade afirmam que ao

utilizar elementos urbanos e produzidos nas indústrias eles acabam perdendo sua identidade e cultura ao se integrar à modernidade.

Segundo Whitaker *et al.* (2002), esses preconceitos derivam do processo ideológico urbano-industrial do sistema capitalista que hierarquiza as relações estabelecidas entre o urbano e o rural. Nesse sentido, é necessário romper com os preconceitos derivados da lógica de dominação do rural pelo urbano a partir de uma visão “poliocular”² que possibilite compreender as múltiplas dimensões dessa relação.

Wanderley (2011) demonstra que a mídia e a cultura em geral contribuem para essa visão preconceituosa em relação ao universo rural, sempre mostrado como um espaço primitivo, atrasado e pobre da sociedade brasileira. A autora demonstra que, na televisão, é passada uma imagem distorcida da cultura rural, pois quando sujeitos aparecem, são colocados como “pobres caipiras, distribuindo milho às galinhas no terreiro à volta da casa e que, com forte sotaque, expressavam sua identificação a um mundo rural atrasado” (WANDERLEY, 2011, p. 21).

A partir de toda essa reflexão sobre o rural contemporâneo, Duval *et al.* (2015) mostram a necessidade de um olhar sobre as dinâmicas familiares no meio rural no processo de modernização da sociedade com o objetivo de discutir alguns elementos da gênese do campesinato e da condição camponesa no Brasil.

Os moradores dos assentamentos de reforma agrária são produto de uma história longa de expropriação, subordinação e exploração do trabalho numa lógica capitalista. Esses sujeitos buscam a sua reprodução social a partir da luta por um pedaço de terra.

Ao organizar um estudo sobre as vivências na reforma agrária em cinco assentamentos rurais de diferentes regiões brasileiras, Martins (2009) destaca que a diversidade camponesa no país é originária de “populações residuais e descartadas das velhas relações de trabalho agrícola, pastoril e extrativo originadas da crise da escravidão que tivemos. Resíduos de um processo histórico lento” (MARTINS, 2009, p. 12).

Refletindo sobre os processos agrários, especificamente o universo dos assentamentos de reforma agrária, o autor discute a diversidade e pluralidade de

² Baseando-se no texto Método IV do filósofo Edgar Morin (1983) a autora utiliza o termo poliocular para sugerir uma visão transdisciplinar dos fenômenos, um pensamento que se irrompa nas fronteiras entre as disciplinas (WHITAKER, 2002, p.21)

trajetórias sociais das famílias assentadas, quando se constata que a homogeneidade não é um elemento que caracterize esses sujeitos, pois,

os candidatos a assentamento e a clientela da reforma agrária constituem uma massa residual de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas. [...] as histórias, nos diferentes casos, são preferencialmente de pessoas que haviam sofrido os efeitos do desenraizamento decorrente das formas tradicionais de ajustamento do trabalho agrícola à grande lavoura, e à pequena agricultura dela subsidiária (MARTINS, 2009, p. 17).

A partir de uma análise da realidade social dos assentamentos rurais Silva (2009) constatou a existência de diversas clivagens entre as famílias assentadas pela reforma agrária.

Há aqueles que ascenderam socialmente, os que abandonaram os lotes, os que se utilizam de estratégias não condizentes com os projetos de reforma agrária, os que recorrem ao assalariamento, sem contar as clivagens de gênero e idade (SILVA, 2009, p.109).

Dentro dos assentamentos existem sujeitos com múltiplas vivências, portanto, não se trata de uma realidade homogênea (SILVA, 2009) tendo em vista as origens e as estratégias diferenciadas utilizadas pelos assentados no âmbito da reforma agrária. Para compreender essa dinâmica, buscaremos analisar a história dos assentamentos e a trajetória de algumas famílias.

Atualmente, os assentados enfrentam inúmeras dificuldades para permanecerem na terra. Isso é decorrente da ineficácia de assistência técnica, dos problemas em capitalização e acesso aos programas de crédito, além das questões ambientais em que, geralmente, a área destinada à implantação do projeto de assentamento é fruto de uma história degradante de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais.

De acordo com Antuniassi *et al.* (1993), a política de promoção de assentamentos rurais no Estado de São Paulo não cumpriu com os objetivos e as metas estabelecidas nas diretrizes do projeto, na medida em que a instalação da infraestrutura (estradas, moradias, rede elétrica, irrigação, serviços de saúde e educação) ficou muito aquém do planejado.

Sob o cenário de “políticas insuficientes e de não continuidades nas ações governamentais, os assentados se defrontam com situações de restrições de meios de produção e de condições de vida deficientes” (ANTUNIASSI *et al.* 1993, p. 125). Apesar da indisponibilidade de recursos, os assentamentos constituem um elemento importante do meio rural brasileiro. Nesse sentido, as famílias assentadas criam diversas estratégias para se manter na terra e sobreviverem no contexto da reforma agrária.

Nessa situação de recursos disponíveis, as estratégias desenvolvidas pelas famílias assentadas tomam corpo, como respostas a situações quase limites a fim de garantir a reprodução do grupo familiar e de atender às necessidades técnicas do processo produtivo e as exigências do mercado (ANTUNIASSI *et al.* 1993, p. 126).

Por meio dessas situações de indisponibilidade de recursos, da ausência e da não continuidade de políticas públicas específicas torna-se necessário compreender as trajetórias das famílias e as suas estratégias de reprodução frente a essas limitações vivenciadas cotidianamente nos assentamentos de reforma agrária.

A partir dessas questões – apontadas em Bogo (2000) e Martins (2009) - vemos que as histórias, trajetórias e experiências desses sujeitos desdobram-se do processo de desenraizamento, do modo de ser, viver e estar de uma condição camponesa na contramão de um modelo agroindustrial presente na sociedade moderna e globalizada.

Bergamasco e Norder (1996) mostram que diante de um cenário de disparidade social, em que a fome, a miséria, o desemprego e os baixos índices de crescimento econômico predominam, os assentamentos rurais representam uma importante iniciativa do Estado, no que diz respeito à geração de renda, à promoção de empregos, além de preconizar um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola em bases sociais mais equitativas.

Os assentamentos rurais representam um modelo alternativo que busca novos padrões sociais na organização do processo de produção agrícola (BERGAMASCO e NORDER, 1996). Esse modelo está inserido num contexto semelhante a um conjunto de experiências internacionais, como a “dos *assentamentos* na Venezuela e no Chile, dos *ejidos* mexicanos e da *autogestão* iugoslava” (BERGAMASCO e NORDER, 1996, p. 8).

Os assentamentos possuem um valor estratégico, na medida em que fornecem elementos para discussão e reavaliação dos projetos de reforma agrária e de uma reestruturação da estrutura fundiária brasileira (Bergamasco e Norder, 1996). De acordo com os autores, no caso brasileiro, a reforma agrária, um tema polêmico na contemporaneidade, está sendo cada vez mais pensada a partir da realidade dos assentamentos rurais.

No entanto, a materialização dos assentamentos no Brasil não deriva de uma política de desenvolvimento social dimensionada para as demandas da população que vivem no campo, mas, sim a partir do processo de luta dos trabalhadores rurais sem-terra e de uma tentativa do Estado em acabar com a violência decorrente dos conflitos sociais no campo brasileiro.

Bergamasco e Norder (1996), mostram que a reforma agrária é um processo contínuo e dinâmico, na medida em que a conquista do lote não significa que as famílias assentadas vão contar com uma infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio comercial) que garantam sua sobrevivência na terra.

Devido à ineficiência de políticas públicas, do acesso a crédito e indisponibilidade de recursos, os assentamentos rurais constituem um novo espaço em que as famílias enfrentam múltiplos desafios para viverem na terra e sua reprodução social. A partir dessa premissa:

Os assentamentos significam uma nova etapa da luta: o processo pela conquista da terra. Ainda é necessário conquistar condições de vida e produção na terra: resistir na terra e lutar por um outro tipo de desenvolvimento que permeia o estabelecimento estável da agricultura camponesa (GIRARDI e FERNANDES, 2008, p. 77).

Girardi e Fernandes (2008, p. 77) acreditam que reforma agrária é uma necessidade historicamente defendida para a resolução dos problemas agrários no Brasil. Nesse sentido, os autores escrevem que “uma reforma agrária completa no Brasil deve, simultaneamente, reformar a estrutura fundiária do país, possibilitar o acesso dos camponeses a terra e fornecer-lhes condições básicas de vida e produção”.

Barone *et al.* (2016) entendem a reforma agrária como uma demanda diretamente resultante das distintas formas de luta pela terra empreendidas por diferentes sujeitos subalternizados, em diferentes contextos regionais do país.

A partir desses elementos reconhece-se a diversidade de categorias e grupos sociais que vivem no meio rural brasileiro na atualidade e as inúmeras clivagens de sujeitos inseridos nos assentamentos de reforma agrária. O meio rural brasileiro na contemporaneidade é composto por relações complexas que vão desde o tradicional, com a dinâmica da agricultura camponesa e familiar, até o moderno, com a expansão do agronegócio, materializado a partir do desenvolvimento tecnológico e industrial na agricultura.

CAPÍTULO 2 O ESPAÇO DE INVESTIGAÇÃO DA PESQUISA

Os assentamentos de reforma agrária inseridos na região de Araraquara/SP foram objetos de estudo desta pesquisa de dissertação de mestrado. De acordo com as pesquisas realizadas pelo NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), conforme visto em Barone (2002); Ferrante *et al.* (2004); Ferrante e Barone (2010) existem quatro projetos de assentamentos na microrregião de Araraquara (SP), sendo: o P.A. Monte Alegre, o P.A. Horto de Bueno de Andrade e o P.A. Horto Bueno de Silvânia, administrados pelo ITESP e o P.A. Bela Vista do Chibarro, administrado pelo INCRA.

Tabela 1: Assentamentos rurais da região de Araraquara – São Paulo.

| Projeto de assentamento | Município | Início | Administração | Nº de famílias | Área total (ha) |
|-------------------------|------------|---------|---------------|----------------|-----------------|
| Monte Alegre 1 | Motuca | 05/1985 | ITESP | 49 | 726,00 |
| Monte Alegre 2 | Motuca | 10/1985 | ITESP | 62 | 857,70 |
| Monte Alegre 3 | Araraquara | 08/1986 | ITESP | 76 | 1.099,56 |
| Monte Alegre 4 | Motuca | 08/1986 | ITESP | 49 | 679,35 |
| Bela Vista do Chibarro | Araraquara | 12/1989 | INCRA | 218 | 3.455,16 |
| Monte Alegre 5 | Motuca | 10/1991 | ITESP | 34 | 483,76 |
| Monte Alegre 6 | Araraquara | 05/1997 | ITESP | 88 | 1.253,94 |
| Horto Bueno de Andrada | Araraquara | 05/1997 | ITESP | 31 | 472,41 |
| Horto de Silvânia | Matão | 08/1998 | ITESP | 19 | 405,40 |
| Total | - | - | - | 626 | 9.433,28 |

Fonte: Fundação do Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” – ITESP (2016).

2.1 Contexto histórico e geográfico da região de Araraquara (SP)

A década de 1980 foi um período de grandes mudanças na região de Araraquara (SP) já que diversos acontecimentos transformaram a região em um território marcado por conflitos trabalhistas e pela disputa por terra. Nesse contexto, consolidou-se a implantação de complexos agroindustriais que elevaram Araraquara (SP) ao patamar das regiões mais ricas do Estado de São Paulo, reconhecida pelo seu dinamismo econômico. Segundo Ferrante *et al.* (2004, p. 17), “os anos 1980 chegam para a grande região nordeste de São Paulo com o reconhecimento de sua pujança econômica e da existência de um mercado consumidor bastante rico”.

No entanto, diversos fatores contribuíram para o desenvolvimento econômico da região. Entre eles destaca-se a implantação do Pró-Alcool (Programa Nacional do Alcool) em 1975, que promoveu a expansão do setor sucro-alcooleiro, levando ao aumento do número de empregos e da área de cana-de-açúcar (FERRANTE *et al.*, 2004). Desse modo, a década de 1980 define-se como um período de consolidação dos complexos agroindustriais da cana e do citros (suco de laranja). A junção desses dois setores lançou as bases para o desenvolvimento econômico da região, que posteriormente passou a ser conhecida como a “Califórnia Brasileira (FERRANTE *et al.*, 2004; FERRANTE e BARONE, 2005;2006).

Nesse sentido, com o desenvolvimento econômico, a região recebeu um grande número de ex-colonos e migrantes de diversos estados brasileiros que vieram atraídos para o trabalho nos canaviais e laranjais da região central de São Paulo. No decorrer da década de 1980, outros acontecimentos movimentaram a região, a eclosão dos levantes dos trabalhadores rurais, a falência de usinas de cana-de-açúcar e a greve dos boias-frias inseriram Araraquara (SP) no contexto da luta pela terra e reforma agrária no Brasil. As péssimas condições de trabalho, somadas à inexistência de assistência trabalhista e ao desemprego, contribuíram para as mobilizações desses trabalhadores rurais – os “boias-frias” – na luta por melhores condições de vida e de trabalho.

As greves dos boias-frias, que se espalharam por dezenas de municípios (atingindo até outros Estados), se não apontaram para o assentamento de trabalhadores em terras da região, demonstraram um

potencial de luta desse segmento laboral (FERRANTE *et al.*, 2004, p. 19).

Portanto, esse conjunto de acontecimentos associado à luta e organização dos boias-frias por melhores condições de trabalho, a greve de Guariba (1984), a mobilização dos funcionários da Usina Tamoio (1983) e a reivindicação por terra (FERRANTE, 1992) caracterizam a década de 1980 como um período de luta e resistência dos trabalhadores rurais da região de Araraquara (SP).

Ao analisar esse momento de “explosão” de greves e conflitos por terra, Ferrante (1992) mostra que a política de assentamentos na região é entendida como uma resposta do Estado frente a organização e luta dos assalariados rurais por melhores condições de vida e de trabalho.

Pode-se afirmar que a terra passa a compor o conjunto das necessidades dos trabalhadores rurais em três níveis: 1) reivindicada explicitamente pelos tradicionais sem-terras (posseiros, parceiros, ex-arrendatários, etc.); 2) não reivindicada explicitamente nas greves dos boias-frias; e 3) incorporada pelo Estado como necessidade de reprodução dos trabalhadores (FERRANTE *et al.*, 2004, p.20).

De acordo com os estudos sobre assentamentos da região Central de São Paulo – Ferrante *et al.* (2004); Ferrante e Barone (2004/2005); Silva (2009) - as primeiras famílias assentadas nos projetos de assentamento são constituídas de ex-boias-frias e ex-trabalhadores rurais. Nesse sentido, “a constituição dos assentamentos rurais na região é mais um capítulo da luta dos boias-frias da região, sendo que os primeiros núcleos do P.A. Monte Alegre estão diretamente ligados às greves dos assalariados rurais (FERRANTE *et al.*, 2004).

Portanto, entende-se que a reestruturação produtiva agrícola iniciada a partir dos anos 1980 contribuiu para o aumento dos conflitos rurais no espaço geográfico brasileiro. “A lavoura canvieira, com a introdução do corte mecânico substituindo o manual e gerando desemprego no campo direcionou muitos trabalhadores para a luta pela reforma agrária” (BINI, 2009, p. 1).

2.1.2 Memórias das Lutas em Guariba – SP (1984): a contribuição dos boias-frias no processo de luta pela terra na região de Araraquara (SP)

A partir de uma outra leitura da modernização da agricultura e industrialização do campo, Ferrante (1994) buscou compreender os processos de expropriação e proletarização dos assalariados rurais, na região de Ribeirão Preto, cenário privilegiado da modernização agrícola, no qual os boias-frias e os usineiros transformaram-se em protagonistas de um enfrentamento nos canaviais durante a década de 1980.

A autora rompe com as teses que colocam os assalariados rurais como sujeitos passivos, dependentes e sem ação, nas quais aparece naturalizada a relação entre ser boia-fria e herdeiro da modernização. Contrariamente a essa leitura, busca-se sinais de resistência dos boias-frias desde os tempos de sua expropriação na década de 1960. Entende-se que os boias-frias tiveram passado de resistências e lutas mesmo que silenciosas. A região analisada é portanto, retratada sob a ótica da luta dos boias-frias, entendidos pela autora como sujeitos de lutas diferenciadas.

Por meio do instrumental analítico “construção de lutas”, Ferrante (1994) entende os boias-frias como uma categoria histórica composta por sujeitos que lutam pela conquista de melhores condições de vida, trabalho e cidadania. Nesse sentido, a autora parte do princípio de que a construção de lutas não tem um locus específico, uma mola propulsora, além do espaço público, pode ter momentos instituintes em outros poros da sociedade” (FERRANTE, 1994, p. 93), ou seja, há um alargamento das fronteiras da luta. Sendo assim, a “construção de lutas” é uma categoria analítica que possibilitou a autora a acompanhar os movimentos dos boias-frias em seus momentos de luta.

Entende-se que as lutas dos boias-frias possuem momentos de resistência no interior de uma luta surda, silenciosa que não tem imediata visibilidade. O desencadeamento da luta nas greves rurais, como a de Guariba em 1984, é fruto de uma construção de lutas que havia ocorrendo desde a década de 60, em que os boias-frias não eram tidos como sujeitos políticos.

Ao realizar uma leitura da modernização sob a ótica da luta dos boias-frias, Ferrante (1994) apresenta elementos expressivos para sustentar a construção de lutas, tais como a resistência dos colonos, as greves dos sujeitos que estavam se proletarizando na década de 60, as lutas dos trabalhadores rurais, mantidas pelo silêncio, além da constituição dos sindicatos como parte da luta. Na década de 70, sob uma situação de assalariamento já implantada, o movimento sindical rural dá sinais de

ressurgimento e o Estado, por meio do Funrural, tenta abafar com esse revigoramento, atrelando o sindicalismo às malhas do assistencialismo previdenciário (FERRANTE, 1994).

Na década de 80, ocorre a reestruturação de novas lutas e a publicização dos movimentos dos boias-frias, ampliando o campo de conflitos. De acordo com a autora, verificam-se dois elementos significativos na região durante a década de 80: “um movimento patronal de instituir sete ruas no lugar de cinco, como regra de trabalho, e uma greve na Usina Tamoio, um típico império do açúcar até o final da década de 60” (FERRANTE, 1994, p. 95).

A autora mostra a importância das greves como mecanismo de pressão e de luta, além de romper com a representação dos boias-frias como passivos, dependentes e herdeiros da modernização, reconhecendo-os como sujeitos políticos. As condições de vida dos boias-frias, o espaço físico dos alojamentos e a rotina árdua de trabalho passam a ter voz na imprensa, devido a publicização de suas lutas. O movimento agrícola dos boias-frias mostra que o mundo dos canaviais não é apenas regido pelo comando dos patrões, dos usineiros e gatos, mas passam a considerar a força dos trabalhadores rurais nesse campo de forças sociais.

Portanto, compreende-se que os trabalhadores do campo não foram sujeitos passivos da modernização. A sua proletarização se fez no ângulo das pressões e atritos no contexto de uma sociedade que almejava reformas sociais e políticas na década de 1960. A proletarização vem de um processo de expropriação posto como um lado irreversível da modernização, porém os casos de greves rurais no Estado de São Paulo mostram que os assalariados rurais estavam se organizando e se mobilizando desde a década de 60. A eclosão e publicização de suas lutas – como em Guariba – são frutos de um acúmulo de resistências.

A análise da constituição dos assentamentos rurais da região de Araraquara (SP) deve levar em consideração as diversas clivagens de sujeitos que participaram da luta pela demanda de terra na região. É necessário considerar o contexto da construção das lutas dos boias-frias que movimentou a região desde a década de 60 e teve sua publicização na década de 80. A demanda por terra aglutinou trabalhadores rurais e urbanos. No caso dos boias-frias, a busca pela terra aparece como uma solução de mudança de vida. A entrada na terra representa um misto de esperanças, sonhos, lutas e investimento no futuro. A autora mostra que não existe uma homogeneidade no que a

terra pode representar no imaginário das famílias assentadas (ex boias-frias), para uns ela significa segurança, garantia de alimentos, de poder ter criação, sossego ou como uma representação de uma vida nova, de um chão seguro, marcadas pela esperança de um futuro melhor. Nesse sentido

A luta pela terra aparece nessa representação como uma perspectiva de melhora provisória em face do possível em face do possível desemprego. Nessa condição, sua luta não é pela recomposição de suas vidas, mas por uma alternativa a mais (FERRANTE, 1994, p. 103).

A terra é representada no horizonte dos boias-frias como uma perspectiva de reconstruir suas vidas, de deixar de ser boia-fria, na busca por alimentação melhor, por questão de segurança e expectativa de mudança. Segundo a autora ter um pedaço de terra é, para cerca de 70% dos boias-frias entrevistados melhor do que um emprego fixo. “Autonomia, sobrevivência, mudança e não pagamento dos custos de reprodução social mesclam-se à associação entre terra e tranquilidade e sossego (FERRANTE, 1994, p. 103).

Para os boias-frias da região o significado de “ter a terra” não é explicitamente um projeto de vida de lutas pela terra ou entrada em um assentamento, porém a terra não aparece como algo totalmente estranho às suas necessidades de vida e de sobrevivência. A partir disso Ferrante (1994, p. 103) mostra que “o fato de os boias-frias não terem a terra no horizonte imediato de suas lutas não os exclui do caminho pela sua conquista. O caso da Flórida Paulista evidencia a necessidade de um olhar diferenciado para a região que teve um movimento complexo na constituição dos assentamentos e na transformação dos boias-frias (demandantes por terra) em assentados, rompendo com a visão que os colocam como herdeiros da modernização.

2.2 O P.A. Bela Vista do Chibarro

O assentamento Bela Vista, com 218 famílias atualmente, localiza-se no município de Araraquara, inserido numa região mais rica do interior do Estado de São Paulo, dominada economicamente pelos complexos agroindustriais sucro-alcooleiro e do suco de laranja (BARONE, 2002). Para o autor, o Bela Vista do Chibarro se define

com um espaço das contradições sociais engendradas pelo padrão de acumulação capitalista na região.

O assentamento Bela Vista está situado numa área da antiga fazenda Bela Vista, que pertenceu à antiga usina Tamoio, propriedade do grupo Morganti desde o início do século XX e depois passou a ser controlado pelo grupo da família Silva Gordo. Atualmente, a fazenda Tamoio é propriedade do grupo Corona, que transformou toda área em um imenso canavial (SILVA, 2009).

A sua constituição remonta ao declínio da Usina Tamoio, na década de 1980, um dos grupos referência na produção de açúcar no Brasil e no mundo. Para Barone (2002), a história da luta pela terra na Usina Tamoio tem início em 1983, quando o grupo decreta a falência. Nesse contexto, sob a liderança do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara (STR), um grupo de empregados reivindicou a desapropriação da área e a formação de um assentamento como forma de ressarcimento das dívidas recorrentes ao trabalho (WHITAKER; FERRANTE e BARONE, 2004).

Em 1988, como forma de pressionar pela desapropriação de uma parcela da Usina Tamoio, o STR começa a chamar famílias cadastradas pela entidade a ocuparem a Bela Vista. Vários grupos de trabalhadores (da própria região e de fora) entram na Bela Vista, até que – em dezembro de 1989 – é assinada a desapropriação desta seção da Usina Tamoio (WHITAKER; FERRANTE e BARONE, 2004, p.21).

Vários grupos de trabalhadores rurais entraram no início do P.A. Bela Vista do Chibarro, num total de 180 famílias, oriundas das mais diversas regiões e origens. Este assentamento possui um complexo de edificações que remonta à sociedade do início do século XIX, como o casarão que possui um valor cultural.

Ao estudar a formação do Bela Vista do Chibarro, Rosim (1998) apresenta em seu trabalho os primeiros grupos pioneiros que compuseram o assentamento. De acordo com o autor, o primeiro grupo é composto por **Antigos Moradores**, sendo trabalhadores remanescentes da antiga usina Tamoio.

O segundo grupo, que ocupou efetivamente as terras da Bela Vista é o **Grupo da Monte Alegre**. Segundo Rosim, esse grupo é “constituído por trabalhadores da região de Sertãozinho, “ex-boias-frias” que passaram, antes, por um período de tempo, acampados no assentamento Monte Alegre, eles chegam à Bela Vista em abril de 1988” (ROSIM, 1997, p. 19).

O terceiro grupo definido pelo autor é o **Grupo do Sindicato**, que é composto por trabalhadores da região que foram convidados a entrar na terra pelo convite do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara. Todos haviam se cadastrado e entraram na Bela Vista em agosto e setembro de 1988 (ROSIM, 1997).

O quarto grupo a ocupar o assentamento é o de **Sete Barras/SP**, composto por famílias que estavam assentadas em Val Formoso, no Vale do Ribeira, assentamento que depois virou reserva ambiental. Eles entram na terra via negociação com o Sindicato e os trabalhadores acampados na Bela Vista para poder se transferir para área, entram no assentamento em abril de 1989.

De acordo com Rosim (1997) e Barone (1997), esses quatro grupos constituem as 75 primeiras famílias pioneiras do assentamento. “São aquelas que se encontravam na fazenda por ocasião do decreto de desapropriação das terras para fins de reforma agrária, publicado no diário oficial em 13 de abril de 1989” (ROSIM, 1997, p.20).

Após o decreto de desapropriação, inicia-se a segunda fase de entrada de famílias de outros grupos. O **Grupo de Promissão** é o primeiro a entrar no assentamento nessa nova fase. As famílias desse grupo são compostas por trabalhadores acampados na região de Promissão e Campinas e possuíam um histórico no processo de luta pela terra, mediado na época pelo MST. Segundo o autor, esse grupo é trazido pelo INCRA para ocupar as terras da região.

O **Grupo dos 36** entra às pressas em abril de 1990, via convite do Sindicato, como uma forma de barrar as demais famílias do Grupo de Promissão, tendo em vista que na época havia um conflito entre as entidades. Para completar o restante das vagas, no ano de 1990 entra o **Grupo da Seleção**, composto por trabalhadores da região que haviam feito o cadastro no Sindicato.

De acordo com Silva (2009, p.113), “o processo de constituição desse assentamento foi permeado por muitos conflitos que envolveram, além dos trabalhadores demandantes de terra, a FERAESP, o INCRA, a CPT e lideranças de partidos políticos”.

As primeiras famílias assentadas no Bela Vista possuem diversas origens. São compostas pelos antigos trabalhadores rurais da fazenda e da região, além de grupos que vieram do Vale do Ribeira e de Promissão (SP). Silva (2009) mostra em seu

trabalho que na época isso gerou um grande desentendimento entre os grupos, já que as famílias que estavam instaladas desde o início da ocupação temiam perder a terra.

Esse conflito inicial entre os grupos dificultou o processo de constituição de identidade dos assentados (Silva, 2009) e “em muitas ocasiões, as fragmentações advindas de disputas internas, desavenças no cotidiano, violência, criação de associações contrárias entre si, além de outros conflitos” (SILVA, 2009, P. 116).

De acordo com a autora, os assentados não conseguem se ver como pertencentes a um mesmo grupo, ou seja, isso é resultado do processo de fragmentação inicial, que: “se reproduz ainda hoje por intermédio de novas divisões, desavenças interpessoais, violências e até morte” (SILVA, 2009, p. 117).

Portanto, a constituição do assentamento Bela Vista é resultado de uma história conflituosa desde a sua origem. Segundo a autora, alguns problemas referentes à organização social das famílias assentadas são desdobramentos dessa fragmentação, tais como as dificuldades em relação à organização, à produção e à sociabilidade de um novo modo de vida.

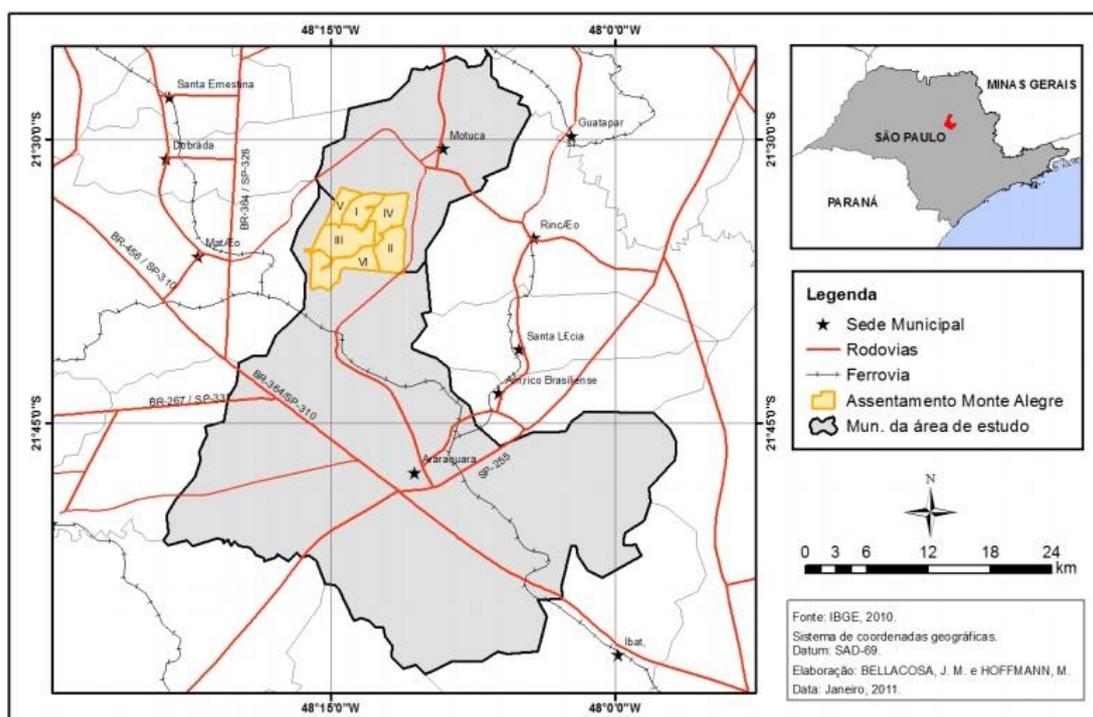
2.3 O P.A. Monte Alegre

O assentamento Monte Alegre (Figura 1) ocupa uma área de 3845,96 hectares, na antiga Fazenda Monte Alegre, situado entre os municípios de Araraquara e Motuca, na região central do Estado de São Paulo. A história de formação do assentamento Monte Alegre é um exemplo de negociação de ocupação em terras públicas (BARONE *et.al.*, 1995).

Após várias rodadas de negociação com o governo estadual, os trabalhadores decidiram ocupar uma área na Monte Alegre. Mesmo tendo um despejo negociado, a pressão surtiu resultado: após algumas semanas de acampamento em uma área anexa à sede do sindicato, 708 dos 1.200 ha reivindicados pelos sem-terras foram cedidos, procedendo-se ao assentamento de 32 famílias (BARONE, *et.al.*, 1995, p. 211).

Antuniassi *et al.* (1993); Barone *et al.* (1995); Ferrante *et al.* (2004); Silva (2009); Ferrante e Barone (2010) mostram que a constituição dos assentamentos da região de Araraquara é resultante das ações de luta pela terra do Movimento dos Sem Terra e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na região

Figura 1 – Localização do assentamento Monte Alegre no município de Araraquara (SP)



Fonte: Bellacosa e Hoffmann (2010).

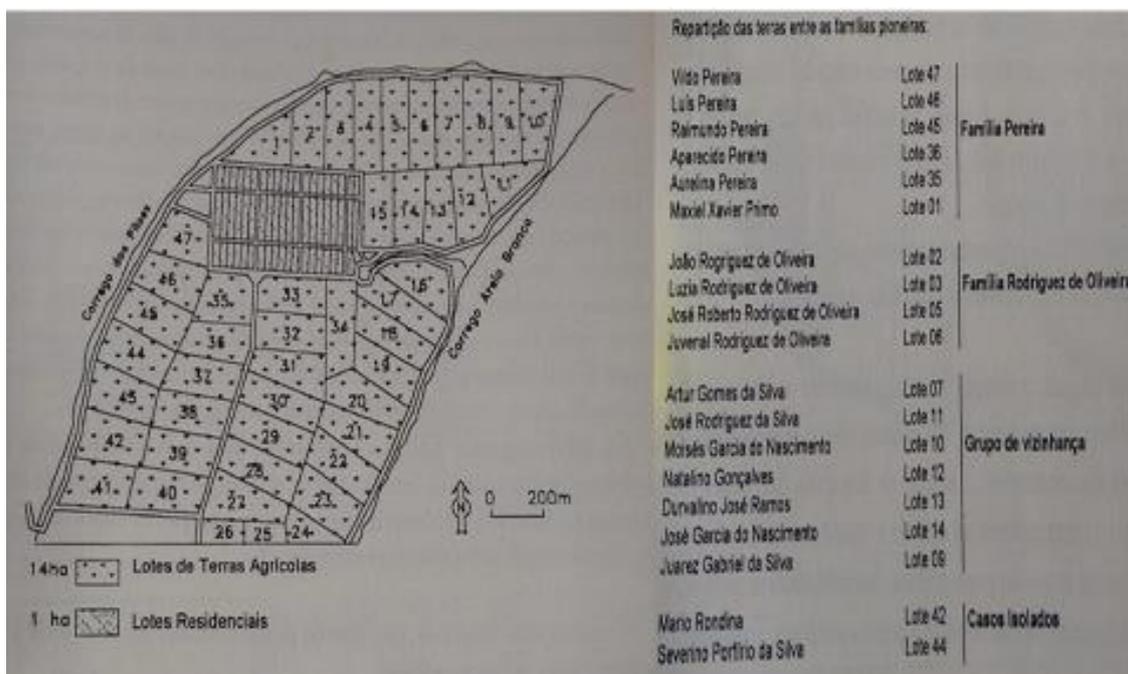
O histórico de constituição do Assentamento Monte Alegre teve início em julho do ano de 1985, quando 22 famílias de trabalhadores rurais apoiadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara se organizaram na luta pelo acesso à terra. A partir dessa pressão, os trabalhadores conseguiram uma área da Fazenda Monte Alegre, composta de 708 ha. Ao longo desse processo, juntaram-se mais 44 famílias, que se instalaram nessas terras para iniciar uma nova vida baseada na agricultura familiar.

O Sindicato teve um papel importante na luta dos trabalhadores rurais da região, pois indicou a presença de terras ociosas na área da Fazenda Monte Alegre propícias ao trabalho da agricultura familiar.

Não se encontrando solução legal para suas reivindicações, com o apoio do Sindicato, os trabalhadores penetram no recinto da Fazenda Monte Alegre em dois caminhões de mudança, levando suas famílias ocupantes. Impedidos de avançar voltaram à sede do Sindicato onde permaneceram acampadas. Essa decisão foi uma forma de pressão sobre as autoridades (ANTUNIASSI, *et.al*, p. 127).

No entanto, o processo de distribuição de terras e da organização do trabalho no Monte Alegre ocorreu em três momentos: - dinâmica do coletivo (1985-1986); - dinâmica dos grupos (1987-1988); - dinâmica das famílias (desde 1989) (ANTUNIASSI, *et al*, p. 126).

Figura 2: A repartição de terras no Assentamento Monte Alegre.



Fonte: Bergamasco *et al.* (1997)

As primeiras famílias assentadas no Monte Alegre, denominadas de “famílias pioneiras”, ou seja, aquelas que estão desde o início do processo de luta pelo assentamento e que desde então permanecem na área, estabeleceram diversas estratégias para viverem no lote, desde desbravar os terrenos para a agricultura, arrancar os troncos, levantar as primeiras casas e “lavram, pela primeira vez terras difíceis de cultivar e

passaram pela prova de todos os conflitos vividos, desde a implantação do assentamento” (ANTUNIASSI, *et al.*, 1993, p. 126).

Antuniassi *et al.*, (1993) voltaram-se para o núcleo de formação de 1985 até 1992, tendo focado suas observações nessas famílias pioneiras:

Essas famílias pioneiras têm uma história comum, ainda que nem sempre de cooperação ou entendimento entre todos. Elas são identificadas na comunidade local, reproduziram-se, desdobraram-se em novas unidades familiares por alianças várias, e cresceram com a chegada de parentes que vieram a elas se juntar (ANTUNIASSI, *et al.*, 1993, p. 127).

Analisando a trajetória dessas famílias, as autoras identificaram traços comuns entre as experiências de vida. Todos os casais acima de 50 anos na época, foram sitiantes. As famílias mais recentes no assentamento nasceram no contexto de famílias sitiantes, viveram a infância, a adolescência e até a fase adulta no meio rural, trabalhando nas lavouras de café e algodão com seus pais e avós.

Ao identificar a origem dessas famílias, as autoras constataram que a maioria nasceu no Estado de São Paulo (gerações mais recentes), mas suas famílias são naturais da região Nordeste e dos estados de Minas Gerais e Paraná.

Grande parte dessas famílias realizaram uma verdadeira peregrinação pelo território nacional antes de se proletarizar. Entretanto, na ocasião em que se engajaram na luta pela posse a terra, moravam no Estado de São Paulo, na própria região de Araraquara ou imediações (ANTUNIASSI *et al.*, 1993, p. 127).

Para a autora a análise em questão buscou a reflexão sobre a trajetória das famílias pioneiras do Monte Alegre contribuindo no debate sobre a questão agrária brasileira, sobre “a validade da política de assentamentos e a viabilidade da pequena agricultura em áreas reformadas” (ANTUNIASSI *et al.*, 1993, p. 131).

2.4 O P.A. Horto Bueno de Andrada

O assentamento estadual Horto Bueno de Andrada criado em 1997 pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP) situa-se numa área total de 472,41 hectares. Anteriormente, pertence à Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São

Paulo (CODASP), tendo 31 famílias assentadas. A constituição do assentamento também é fruto das mobilizações e luta dos boias-frias e assalariados rurais pelo acesso à terra e por melhores condições de trabalho no contexto econômico da década de 1980.

O assentamento Horto Bueno de Andrada é resultado da mobilização de trabalhadores rurais e sem-terra materializada numa política estadual de reforma agrária. Sendo assim, os projetos de assentamento inseridos na região de Araraquara expressam a história da luta de trabalhadores rurais pelo direito à terra. Muitos desses sujeitos guardam em si, conhecimentos, saberes e práticas tradicionais ligados ao universo rural tradicional que são produzidos no seu cotidiano a partir das dimensões da alimentação, da espiritualidade, da sociabilidade e do trabalho.

De acordo com Almeida (2011), vários grupos que compuseram o Horto, entre eles destacamos: o **grupo de arrendatários**; o **grupo de meeiros**; o **grupo de trabalhadores rurais boias-frias** e, por último o **grupo que comprou lotes** de outros assentados que desistiram da reforma agrária e abandonaram seus lotes, ou venderam o direito de uso da terra. (ALMEIDA, 2011).

CAPÍTULO 3 O USO DE FONTES ORAIS E AS DIMENSÕES DA MEMÓRIA

Ao estudar a questão agrária sul-mato-grossense na década de 1980, a socióloga Marisa Farias (2006) destacou a importância de se reconstruir a trajetória de luta das famílias assentadas que enfrentaram o poder do latifúndio e a violência policial no contexto da luta pela terra e território na região. A partir disso, objetivamos neste trabalho de dissertação, registrar a história de luta pela terra a partir das histórias das famílias que vivenciaram todo esse processo de conflitos rurais e de luta pela terra em Araraquara (SP) durante a partir da década de 1980, quando ocorrem as primeiras experiências de assentamentos de reforma agrária na região.

Do ponto de vista metodológico compreendemos toda essa trajetória a partir do registro das falas (obtidas em entrevistas de história de vida) e produção de depoimentos das famílias que participaram da luta e estão no assentamento desde o início. Após a obtenção do conteúdo das narrativas produzimos comentários em cima das falas, sem interferir no seu conteúdo, “analisando-as a partir do seu momento histórico, das relações entre as pessoas do grupo e experiências vivenciadas no cotidiano” (FARIAS, 2006).

A memória, entendida como o trabalho de lembrar um passado vivido, foi um dos recursos utilizados para compreender essa história de luta pela terra dessas famílias. Portanto, partimos da ideia da memória como um fenômeno social que se explica por meio dos “quadros sociais da memória”, entendidos como referências ligadas às pessoas, objetos, espaço e tempo (FARIAS, 2006).

Os objetos, o tempo, o espaço são componentes que marcam a memória diferenciando a maneira de lembrar. Diante disso, cada pessoa, cada grupo traz a sua memória fatos gravados de formas diferentes, tendo em vista a importância que imprimiram as suas vidas (FARIAS, 2006, p.44).

De acordo com a autora, a História Oral é uma estratégia entendida como a convergência de relatos sobre um mesmo acontecimento ou sobre um período de tempo. Por meio dessa estratégia torna-se possível identificar se há ou não marcas de expropriação, exploração e submissão nas falas das famílias assentadas, além de entender qual é a visão da terra no horizonte de suas vidas.

A partir da História Oral, buscamos reconstruir as histórias de luta pela terra, por meio da memória das famílias pioneiras, sobre o momento de luta e as nuances da vida no assentamento. Silva (2004, p. 130) define História Oral como uma

metodologia de pesquisa empregada por historiadores, sociólogos, antropólogos, profissionais da área da saúde, da psicologia e da literatura. No Brasil, a história oral desenvolveu-se bastante a partir da década de 1990. A principal preocupação é o registro da história daqueles que não tem voz, ou seja, dos pobres, oprimidos e excluídos da história oficial, a qual retrata a história dos dominantes e dos grandes acontecimentos. A história oral tem como principal objetivo recontar a história a partir dos relatos vividos.

Acredita-se que a memória é uma fonte que possibilita a compreensão das histórias de luta por terra. A memória pode ser formadora de identidade de um grupo (FARIAS, 2006). Ela se apoia em depoimentos e relatos das experiências de outros, tratando-se de um passado vivido. Existem dois tipos de memória:

A memória é individual – considerada a maneira de articulação das lembranças e – envolve toda uma trajetória de vida: a forma de lembrar é própria de cada homem e de cada mulher, a linguagem é única, as expressões são mágicas e diferenciadas. Mas ninguém está só; o vivido e as experiências são adquiridas coletivamente, pois os caminhos cruzam-se e as memórias estão entrelaçadas com o próprio grupo. Esse entrelaçamento possibilita o fortalecimento do contato entre as pessoas do grupo, que passam a testemunhar e a compartilhar dos mesmos pontos de vista que a memória faz ressurgir nos depoimentos. Ocorre uma identificação grupal (FARIAS, 2006, p.42).

Portanto, a memória é a história viva dos indivíduos. Por meio desses testemunhos os homens e as mulheres interpretam suas experiências e refletem sobre si mesmos, buscando a construção de identidade, perdida no subterrâneo de uma história marcada pelo sofrimento (FARIAS, 2006).

Os homens e as mulheres do campo vão construindo e incorporando sua própria história, uma história de luta pela terra, na qual estão presentes o eu (sujeito individual) e o nós (sujeito coletivo em construção) e, ao alcançarem a totalidade indivíduo-grupo, reconstróem essa história numa identidade em que prevalece o nós na convivência grupal e solidária e na reconstrução das coisas perdidas

A memória pode ser compreendida como um acúmulo de experiências históricas, que “possibilita recuperar a identidade que marca o grupo, buscando nas lembranças outras significações, novas formas de fortalecimento de interesses, de ideais, de lutas e de existência” (FARIAS, 2006, p. 51).

A memória possui múltiplas dimensões, podendo ser exteriorizada por meio das emoções, dos gestos e até mesmo pelo silêncio. Há muita coisa entre o não dito.

O silêncio pode ser um indicador de resistência da memória das histórias de vida das famílias. Pois, “o silêncio não pode ser considerado como esquecimento, ele é o próprio componente da memória que, através do trabalho de lembrar, possibilita a sobrevivência do grupo” (FARIAS, 2006, p. 41).

A memória traz sentimentos nostálgicos, de lugares e pessoas que marcaram a trajetória de vida dos indivíduos. Sobre a importância do processo de luta pela terra Silva escreve que:

A dramaticidade desse momento é carregada de simbolismo, pois ele representa a mudança de trajeto, a ruptura da condição social de desempregados, subempregados, explorados, enfim, de sobrantes. Contudo, além das incertezas, há muitas indefinições, como os enfrentamentos com a ordem instituída e o medo. Esse é o momento do início da luta pela inclusão social, no qual a terra aparece não somente como o elemento mediador para que o projeto ocorra, mas também como uma espécie de retorno, de reencontro com algo que, até então, parecia totalmente perdido (SILVA, 2004, p. 80).

Sarabia (1985); Queiroz (1988); Ferrarotti (2007) destacam a importância do uso científico de memórias, biografias, autobiografias e histórias de vida como instrumentos de análise social. A utilização de histórias de vida como método de investigação e instrumento de reflexão por parte de sociólogos, historiadores, antropólogos e psicólogos tem uma certa tradição no âmbito das ciências sociais (SARABIA, 1985).

Para entender as trajetórias e histórias de vida individuais e sociais é necessário conceber a história “enquanto um processo marcado por avanços e recuos, portanto não-retilíneo, e sem ponto final predeterminado” (SILVA, 2004, p.43).

De acordo com Silva (2004, p. 43):

a história é feita por homens e mulheres, porém em condições determinadas. Não se concebe nenhum sujeito absoluto capaz de produzir a história acima dela própria, nem um sujeito passivo, massacrado pela estrutura – família, escola, leis, religião, e instituições de controle e repressão como polícia, exército, prisões, partidos políticos, sistemas de governo etc.

O passado não faz parte de um tempo acabado, porém é constantemente reavivado pelas lembranças (SILVA, 2004, p. 46). Portanto, baseando-se nos estudos de Silva (2004) e Farias (2006), buscamos identificar nesse trabalho de dissertação os pontos brilhantes que iluminam as narrativas das pessoas que participaram do processo de luta pela terra na região de Araraquara. Tendo em vista que, “as histórias de suas vidas giram em torno de alguns acontecimentos, que são verdadeiros pontos brilhantes que iluminam o conjunto da narrativa, imprimindo-lhe forma e significados” (SILVA, 2004, p. 47).

O conteúdo das narrativas revelam dois pontos: “a) a memória é uma reconstrução social; b) a memória transforma o presente na medida em que reinterpreta o passado. Assim sendo, a memória é libertadora, na medida em que ela escreve a história que vem de baixo, do subterrâneo” (SILVA, 2004, p. 46).

Em uma das passagens do livro “*A luta pela terra. Experiência e memória*”, publicado pela Editora Unesp em 2006, Silva apresenta um dos significados da terra para uma assentada descrita em uma das narrativas: “a terra simboliza o reencontro do marido e da família com suas raízes há muito tempo cortadas. A representação da terra como terra-mãe, aquela que nutre, que alimenta, é carregada de muita força em sua narrativa, expressa pelo amor” (SILVA, 2004, p. 56).

Este trabalho justifica-se pela necessidade de entender a complexidade de trajetórias de homens e mulheres que decidiram participar do movimento social de luta pela terra. A luta por esses direitos é parte da luta pela posse de terra e também pela inclusão social. Este é um ato coletivo, portanto político (SILVA, 2004, p. 82). Lutar pela terra significa lutar por direitos relacionados à saúde, educação, alimentação, cidadania e inclusão social.

Há diversos exemplos de luta pela terra na história do Brasil, entre elas podemos destacar a luta contra o cativo, as rebeliões dos negros no período da escravidão, a revolta de Canudos, a revolta do Contestado em Santa Catarina, a revolta de Trombas e Formoso (1946-1964) em Goiás, a revolta de Porecatu (1955-1961), a luta

dos posseiros de Governador Valadares (1955-1964), além das Ligas Camponesas que surgiram a partir de 1947 e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que lutam pela terra e pela reforma agrária (OLIVEIRA, 1994; FERNANDES, 2001; SILVA, 2004).

Silva entende o assentamento como um processo de recriação de experiências e de socialização que envolve dimensões do tempo passado, presente e futuro. Constata-se a existência de inúmeras clivagens entre as famílias assentadas, portanto não se trata de uma realidade homogênea (SILVA, 2004; 2006). No assentamento, um novo modo de vida vai se produzindo e se constituindo, definindo-se como uma luta pela construção do lugar (SILVA, 2004).

Silva (2004, p. 107) escreve que “permanecer na terra corresponde a um conjunto de estratégias que são, na verdade os desdobramentos da luta pela terra”. Desse modo, vemos que a luta pela terra não termina com a entrada no lote, é uma luta contínua por cidadania e dignidade. As múltiplas estratégias adotadas pelas famílias assentadas revelam a peleja para se manterem na terra. Ao escrever sobre a complexidade da reforma agrária a autora escreve que;

[...] ela não deve ser reduzida apenas a uma política distributivista de terra e de créditos insuficientes; deve ser uma política que resulte em uma prática efetiva em torno do projeto da agricultura familiar, capaz de atender as necessidades reais de reprodução material e social de homens, mulheres, jovens e crianças, projeto este que deve se basear nas experiências de vida dos sujeitos envolvidos. Experiências que não se resumam ao trabalho, mas que incorporem a cultura, o imaginário, a festa, a religiosidade, os símbolos solidificadores – do elo usurpado no passado (SILVA, 2004, p.117).

Ao ressaltar a importância da memória das mulheres no processo de reconstrução das lembranças sobre o passado de luta pela terra nos assentamentos Bela Vista do Chibarro (em Araraquara/SP) e Horto Guarani (em Pradópolis/SP) Silva (2004, p. 121) escreve que “a memória feminina é uma espécie de guardiã de luta pela terra neste assentamento. A presença das mulheres é constante no trabalho da roça, da casa, da indústria doméstica, nas aulas de catecismo para as crianças no acampamento, nas reuniões políticas, na coordenação das ruas dos lotes”.

O assentamento não é uma continuidade do momento do acampamento, é outro espaço-tempo que envolve passado, presente e futuro (SILVA, 2004). O

significado desta luta não se resume à posse de um pedaço de chão, mas à defesa da própria vida, [...] “à defesa de um projeto de vida que não diz respeito a um único indivíduo, mas a todos aqueles que lutam pela inclusão social” (SILVA, 2004, p.128).

Portanto, lutar por terra significa uma “luta escrita por sangue. Sangue que define a vida. Terra, cujo preço é impagável” (SILVA, 2004, p.128). Desse modo, acreditamos que as dimensões da memória podem contribuir na reconstrução das experiências vivenciadas por homens e mulheres que lutaram e ainda lutam por terra, dignidade e cidadania na região de Araraquara (SP). Portanto, partindo da memória como fonte de análise buscamos analisar a realidade social dos homens e mulheres assentados na região de Araraquara (SP). Partimos da memória individual para chegar na memória familiar e do grupo. A análise voltou-se para os processos de luta pela terra e constituição dos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Horto Bueno de Andrada.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A memória define-se como o eixo teórico desse trabalho. A partir disso, buscamos reconstruir a história de luta pela terra a partir das histórias de vida das famílias que vivenciaram todo esse processo de conflitos rurais e de luta pela terra no contexto do estado de São Paulo durante as décadas de 1980 e 1990, quando ocorrem as primeiras experiências de assentamentos de reforma agrária na região de Araraquara – São Paulo.

Para a realização dessa dissertação, realizamos, transcrevemos e analisamos seis entrevistas com membros de famílias pioneiras dos assentamentos. Foram feitas duas entrevistas no Horto Bueno de Andrada e quatro entrevistas no Bela Vista do Chibarro. O roteiro de entrevista privilegiou compreender três momentos da história de vida dessas famílias, sendo: **1.** Origem e trajetória do entrevistado. **2.** Luta pela terra (detalhes da vida no acampamento, organização das ocupações, construção do movimento). **3.** Luta na terra (estratégias de permanência no assentamento).

A partir da transcrição do material produzido, observamos que existem pontos em comum entre as trajetórias de vida dos entrevistados. Ambos nasceram e cresceram em áreas rurais (fazendas), migraram por vários lugares, moraram por um tempo na cidade e viram no movimento de luta pela terra uma possibilidade de melhorar suas condições de vida, além de ter um pedaço de terra para viver com a família. Em relação ao perfil, entrevistamos duas mulheres e quatro homens com idade entre 53 e 73 anos. As trajetórias dos participantes da pesquisa são diferenciadas, duas pessoas nasceram no estado de São Paulo, dois em Minas Gerais, uma em Pernambuco e uma na Bahia.

No assentamento Horto Bueno de Andrada, composto por 31 famílias, entrevistamos dois senhores que foram liderança dentro do grupo, Sr. Antonio e Sr. João. Ambos participaram de experiências de acampamentos, ocupações e marchas. Apoiados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara conseguiram organizar um grupo de famílias para lutarem pelas terras no Horto, pertencentes à CODASP (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) na época.

No Bela Vista do Chibarro, composto por 218 famílias atualmente, entrevistamos pessoas de três grupos distintos que acabaram constituindo o assentamento, Dona Zulmira e Sr. João Silva (Grupo de Promissão/SP), Dona Maria

(Grupo de Sete Barras/SP) e Sr. José Marques (Grupo do Vale do Jequitinhonha/MG). Nos cinco casos percebemos a importância da luta pela terra e da reforma agrária como dimensões importantes na vida dessas famílias. Desses entrevistados, três passaram pela experiência do acampamento e a outro entrou na terra através do Sindicato, sem participar do movimento de luta pela terra.

Quadro 3: Perfil social dos entrevistados.

| Nome | Idade | Origem | Sexo | Assentamento | Data da Entrevista |
|---------|-------|-------------------|------|--------------|--------------------|
| Antonio | 58 | Araraquara/SP | M | HBA | 05/17 |
| José | 59 | Frutal/MG | M | HBA | 05/17 |
| Zulmira | 63 | Aguai/SP | F | BVC | 11/17 |
| Maria | 70 | Caetés/PE | F | BVC | 11/17 |
| João | 53 | Fruta do Leite/MG | M | BVC | 01/18 |
| João | 73 | Brumado/BA | M | BVC | 01/18 |

Fonte: Organizado pelo autor (2018).

No processo de reconstrução das histórias de vida feita nos dois assentamentos pudemos perceber a importância que as famílias dão às organizações de luta pela terra, tanto o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara quanto o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, sendo entendidos aqui como mediadores desse processo no contexto de Araraquara.

Portanto, ao longo desse capítulo, vamos apresentar as diferentes trajetórias e histórias de vida de sujeitos que se aventuraram nessa jornada de lutas por terra, território e reforma agrária no campo brasileiro. Buscamos explicitar que existe um conjunto de lutas que não termina com a entrada no lote, mas que se faz presente no cotidiano, nas resistências e nas múltiplas dificuldades encontradas para se manterem na terra.

Histórias reconstruídas no assentamento Horto Bueno de Andrada (maio de 2017)

Sr. Antonio

O primeiro entrevistado foi o Sr. Antonio, 58 anos, casado com Dona Rosângela (53 anos). Nascido e criado numa fazenda de Araraquara, Seu Antonio viveu

durante oito anos na área urbana da cidade, trabalhava na época como motorista de caminhão na Usina Zanin. Seu Antonio participou do processo de luta pela terra na região durante a década de 1990. Ocupou uma das áreas do Monte Alegre e do Horto, permaneceu acampado durante o período de um ano, sendo dois meses no Monte Alegre e oito meses no Horto.

Seu Antonio foi uma das lideranças do acampamento no Horto. Era um dos responsáveis pelo controle da lista de pontos (assinadas diariamente pelos acampados) e pela organização das reuniões e assembleias. Ao ser perguntado sobre o período de acampamento, ele respondeu,

Isso foi em 96 para 97. Só não sei a data certa, acho que foi em agosto, minha mulher que sabe a data certinho. Aí, me ocuparam como representante, líder né! Ali tinha o caderno de ponto para marcar quem estava acampado e quem não estava. Tinha que assinar todo dia cedo. O representante naquela época, que era o líder, ele não podia trabalhar, nem ele e nem a esposa para manter no barraco, aí eu tinha um gado e fui vendendo, já que ninguém trabalhava, fui vendendo para ir comendo. Fiquei um ano, um ano assim (Seu Antonio, 58 anos, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Pudemos perceber que havia uma organização social no acampamento na época. Conforme relatado por Seu Antonio, os acampados faziam reuniões e assembleias quase que diariamente para discutirem sobre as estratégias da luta. O controle de famílias acampadas era feito por meio de uma lista que passava todas as manhãs. Silva (2004) entende que no acampamento, o espaço físico vai transformando-se paulatinamente em espaço social. A autora mostra que a ida para o acampamento representa um momento de dramaticidade, carregada de simbolismo, pois “ele representa a mudança de trajeto, a ruptura da condição social de desempregado, subempregados, explorados, enfim, de sobrantes” (SILVA, 2004, p. 80).

Foto 1: Detalhes da vida no acampamento



Fonte: João Marques (2017).

A ida para o acampamento não foi uma decisão simples, pois o medo, os conflitos, os diversos enfrentamentos contra a ordem e a indefinição de futuro marcam esse momento decisivo. Ao ser perguntado sobre como tomou a decisão de entrar no movimento de luta pela terra, Seu Antonio respondeu que,

A minha esposa na época, ela não queria vir né! Ela falou que não viria. Aí, ela veio no acampamento e não gostou, dava muita briga e discussão, porque ela queria que eu voltasse para lá, e aí vim para aqui e não voltei. Aí, depois de dois meses trouxeram eu para cá, aí eu tinha um caminhão velho, fui lá e carreguei a mudança toda lá para o acampamento, aí trouxe a família, trouxe o gado, soltei as vacas que eu tinha tudo nessa fazenda aqui, de noite recolhia elas, porque era tudo aberto aqui (Seu Antonio, 58 anos, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Foto 2: Barraco de lona do acampamento



Fonte: João Marques (2017).

No acampamento houve diversos momentos de enfrentamentos contra o poder local e a polícia, com várias tentativas de reintegração de posse. Silva (2004, p. 92) ressalta que “a grande ameaça à vida no acampamento é a ação de despejo, decidida pelo Poder Judiciário e executada pelas forças policiais”.

A história assim [...], não é tão ruim, porque “*os policiais*” na verdade, eles não chegavam assim, desacatando a gente. Eles chegavam e pediam para a gente se retirar, se não ia vir e fazer as coisas a força né! Aí, a gente falava que se quisesse fazer podia fazer, porque a gente não ia sair daqui. Porque as terras não eram de fazendas, a terra era do Estado e o Estado não tem terra, não cuida. O cara que está cuidando aqui, o Estado não via nenhum centavo do eucalipto que saía daqui, não via mesmo, era tudo carreta de eucalipto sem nota, tudo parado. Se você visse não tinha nenhuma nota das carretas de eucalipto. Então, quer dizer, a terra podia ser de qualquer um. Então, nós vamos ocupar ela, não vai sair e não saímos (Seu Antonio, 58 anos, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Portanto, o acampamento representa um momento de passagem, “algo temporário, pleno de durezas, para as quais foram alertados” (SILVA, 2004, p. 92).

Sr. João

O segundo entrevistado no assentamento Horto foi o Sr. João Marques, 60 anos, também conhecido como João “Barba”. É casado, natural de Frutal – MG e pai de um filho de 30 anos. Conheceu Dona Terezinha (esposa), 59 anos, natural de Cuiabá – MT, numa de suas andanças pelo Brasil.

Sr. João entrou no movimento de luta pela terra em 1995, quando foi convidado por membros da FERAESP (Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo) a auxiliar no levantamento de famílias que tinham interesse em participar da luta na região.

Sr. João foi uma das lideranças dos acampamentos no Monte Alegre e no Horto Bueno de Andrada, auxiliou o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara a buscar pessoas para compor o movimento de luta pela terra. Também foi representante das famílias acampadas, atuou na mediação das informações com a imprensa local e nos processos de negociação com a polícia. Sr. João também foi acampado durante 1 ano, sendo 2 meses no Monte Alegre e 10 meses no Horto.

Foto 3: Detalhes da vida no acampamento



Fonte: Sr. João Marques (2017).

Conforme visto nas entrevistas, o desemprego, a instabilidade financeira e a busca por um pedaço de terra foram os principais motivos que os levaram a entrar no processo de luta pela terra ocorrido em Araraquara (SP) durante a década de 1990.

O motivo era assim [...], que eu queria um pedacinho de terra para mim, onde eu morava o homem era muito bom, não nego isso. Só que a casinha que eu morava era dois cômodos e eu não podia fazer nada porque não era meu né! Então, morar naquela casinha era ruim, então eu falei, agora eu quero um pedaço de terra para fazer uma casa melhor para os meus filhos, igual a que tem ali, cada um com sua casa. E dizer que a terra era minha, mas não era minha ainda, mas não sei se um dia vai ser, mas, tirar de mim ninguém tira, porque de mim passa para o filho o documento que a gente tem, do filho passa para o neto, enquanto é a procedência aqui da família nós vamos tocando (Sr. Antonio, 53 anos, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Foto 4: Área coletiva do acampamento



Fonte: Sr. João Marques (2017).

O acampamento é retratado como um espaço e tempo de passagem para a conquista da terra, do lugar de moradia e sobrevivência. Segundo Silva (2004, p. 100), “o acampamento constitui-se em um espaço-tempo intermediário, em uma passagem

cujo objetivo é dar visibilidade à luta pela terra e também construir a identidade de sem-terra por meio da consciência coletiva de pertencimento comum”.

[...] naquele tempo fizeram umas 5 ruas de barraco muito comprida você não sabia com quem você estava mexendo, tinha gente de todo lugar. Tinha uma lista, era uma lista de chamada, uma lista de presença, todo dia a pessoas tinha que assinar aquela lista porque aqueles que queria terra você sabia que ele estava ali. Fizeram igreja lá dentro, fizeram algumas coisas que deu para viver ali, apareceu até umas que tinha estudo a mais e dava umas aulinhas para as crianças, porque não tinha (Sr. Antonio, 53 anos, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Questionado sobre a importância da luta pela terra e reforma agrária em sua vida, Sr. João respondeu que,

A luta pela terra foi por vontade, porque a gente sempre moramos no que é dos outros, trabalhando para os outros. Aí, um dia eu queria ter minha terra para viver a minha vida. Aí, foi onde eu entrei nesse movimento e consegui esse pedaço de terra (Sr. João Marques, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Foto 5: Detalhes da vida no acampamento.



Fonte: Sr. João Marques (2017).

Depois de assentadas, as famílias continuaram enfrentando inúmeras dificuldades para permanecerem na terra. Nesse sentido, o assentamento representa um espaço de continuidade da luta pela terra. Em um dos trechos da entrevista observamos sinais dessa luta para permanecerem na terra, pois, de acordo com os entrevistados, foi uma verdadeira briga para se manterem nos lotes. Um exemplo disso é a questão da energia elétrica como relatado pelo Seu João,

[...] a gente morou aqui, ficamos sem força aqui, acho que uns 3 anos. 3 anos sem energia, só morando num barraquinho lá embaixo. A briga da força foi muito difícil para chegar demorou muito tempo, nós tivemos que pagar tudo essa força que passa aqui, teve que pagar ela para vir, porque a luz da terra não é luz para todos. Foi um momento muito difícil (Sr. João Marques, 08/05/17, Assentamento Horto Bueno de Andrada).

Conforme aponta Silva, no assentamento um novo modo de vida vai se produzindo e se constituindo, definindo-se como uma luta pela construção do lugar. Silva (2004, p. 107) relata que “permanecer na terra corresponde a um conjunto de estratégias que são, na verdade os desdobramentos da luta pela terra”. Desse modo, vemos que a luta pela terra não termina com a entrada no lote, é uma luta contínua por cidadania e dignidade. As múltiplas estratégias adotadas pelas famílias assentadas revelam a peleja para se manterem na terra.

Histórias reconstruídas no Assentamento Bela Vista do Chibarro (13/11/2017, 24/01/2018, 30/01/18)

Dona Zulmira (Grupo de Promissão/SP)

Dona Zulmira, 63 anos, natural de Aguaí/SP, está assentada no Bela Vista há quase 30 anos. Filha de agricultores, é nascida e criada em área rural e sempre almejou morar e viver na e da terra. Após ter se casado aos 22 anos, ela e o esposo trabalharam por uns 10 anos como arrendatários e meeiros em alguns sítios do estado de São Paulo. A primeira vez que ouviu falar sobre a reforma agrária foi no programa “A Voz do Brasil”. Achou interessante a ideia e resolveram escrever uma carta para o governo, perguntando como funcionava e se poderiam ser beneficiários dessa política. No

entanto, obtiveram um retorno do governo dizendo que não seria possível contemplá-los na época.

Antes de se aventurarem nessa luta, moravam em um sítio de cerca de 3 alqueires arrendado onde plantavam berinjela, feijão, abóbora e milho. Moravam em Aguai antes de entrar nesse movimento. Soube da luta através de um vizinho que acamparia em Sumaré. Foi arrendatária durante muito tempo, passou por vários lugares antes de chegar no assentamento.

Aí, aconteceu tudo por acaso né. Numa tarde no mês de novembro, outubro, tinha uns vizinhos nossos que estavam participando do grupo em Sumaré pelo MST e nesse dia a tarde não tinha motorista, aí o vizinho passou lá em casa, ele chama Trancolino (risos), pegou e chamou nós né. Chamou meu marido para levar eles de carro, porque o sobrinho dele naquele dia não podia ir. Aí ele falou para o meu marido: - “É um negócio bom para o senhor isso, o senhor pode acampar, já que gosta de terra né”. Aí, ele foi. Ele até me perguntou, se quiser arriscar nós vamos. Aí, disse para ele ir. Ele saiu era umas 3 horas da tarde, nós estávamos colhendo berinjela. Essa minha menina tinha 4 aninhos, a Célia. Aí falei para ele: - “Vai moço! Quem sabe se der certo, nós estamos indo também. Se for para melhorar de vida nós temos que arriscar enquanto é novo, porque depois de velho não adianta correr atrás (Dona Zulmira, 13/11/2017, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Após sair de Aguai, Dona Zulmira permaneceu por três anos acampada no entorno da rodovia BR 153 em Sumaré. Na época, participou de reuniões, ocupações e marchas organizadas pelo MST, sempre em prol da luta pela terra e pela reforma agrária. Chegou a participar de 32 reuniões de negociação antes de entrar no assentamento.

Foi em 87 e em março de, 15 de março de 1990 eu entrei aqui. Foi mais de 3 anos né. E, chegamos num dia e no outro eu já estava batendo nas portas da prefeitura reivindicando coisas para a gente. Sempre participei da luta, não desisti. Nós passamos certa dificuldade na beira da pista, mas, nos alimentávamos de arrecadação, nos alimentávamos de cesta básica e o resto das coisas fomos conquistando aos pouquinhos né (Dona Zulmira, 13/11/2017, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Um momento marcante dessa luta, lembrado por Dona Zulmira, foi quando ela e o esposo participaram de uma manifestação pela desapropriação da fazenda

Campininha no município de Mogi Guaçu/SP. Era uma fazenda experimental de mais de 3.000 hectares pertencente ao governo do estado de São Paulo. Segundo Dona Zulmira, a manifestação foi organizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) da região de Sumaré/SP.

Dona Zulmira entrou na luta pela terra por meio do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Na época em que ficou acampada em Sumaré chegou a participar de uma marcha de 9 dias com destino a São Paulo. Essa viagem mostra as múltiplas estratégias dessas famílias, que buscam no acesso à terra a reprodução social enquanto camponês e agricultor familiar.

Ao analisar a história do MST e da política de reforma agrária no Brasil, Carter (2009) discute a importância das estratégias dos movimentos sociais de luta pela terra. Nesse sentido, as marchas são entendidas como “um ato de protesto, motivado por sentimento de solidariedade e a mística nutrida por um sentido de sacrifício comum” (CARTER, 2009, p. 36).

Quando foi em maio, abril, tinha uns 2 anos que estávamos lá e foi quando nós fizemos uma marcha para São Paulo a pé. Ficamos 9 dias. No início foi muito difícil, nós saímos de Promissão e fomos de trem até Limeira, aí nós fomos de caminhão, de carona em um caminhão de boi para divulgar a luta e tentar conseguir um pedaço de terra. Nós dormíamos em estrada e saíamos às 5 horas da manhã para pegar as crianças, as pessoas que podiam ter algum problema e os idosos, aí a gente revezava e descansava um pouco. Mas nós fomos. Quando chegou [...], até Jundiaí foi muito difícil para nós, a gente comia embaixo das árvores, os companheiros nossos que estavam assentados em Sumaré que faziam comida para nós. Nossa comida era arroz, feijão, carne com abóbora e quiabo, esse era o nosso almoço. Quando chegamos em Jundiaí nós fomos muito bem recebidos pelos colegas padres, tínhamos muito apoio da Igreja, da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e do padre Janski que era muito companheiro nosso. A Igreja Católica apoiou bastante a nossa luta. Aí, depois chegamos até São Paulo, dormimos lá, foi um grupo nosso que tinha uma comissão, coordenador né. Tinha uma organização fora de série (Dona Zulmira, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Ao longo da entrevista Dona Zulmira fala sobre o apoio recebido da Igreja Católica na época e ressalta o papel que o MST, enquanto movimento social, teve na formação de sua trajetória enquanto mulher e sem-terra. O MST é retratado como uma entidade organizada e articulada no que diz respeito as formas de mobilização e estratégias de luta utilizadas no campo.

Eles faziam muita pesquisa sobre as terras na época, eles são uma entidade muito organizada e muito forte, eu aprendi muito e ganhei conhecimento. Foi um aprendizado muito grande e trago comigo até hoje, tento passar essa experiência para frente porque me encorajou, me ensinou bastante, aprendi bastante, me valorizei bastante enquanto pessoa e trabalhadora (Dona Zulmira, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Dona Zulmira soube das terras a serem desapropriadas em Araraquara (SP) através do MST, que articulou a luta, traçou as estratégias e organizou as famílias. Das 350 famílias, 150 ficaram acampadas na Fazenda Reunidas em Promissão (SP). No entanto, vieram somente 39 famílias do grupo de Promissão para Araraquara, porém 10 dessas foram embora.

Desde o início no Bela Vista, Dona Zulmira é vista como uma das lideranças do assentamento, tendo em vista que participou de inúmeras comissões, de mulheres, de jovens e de saúde que inclusive gerou a materialização do PSF (Posto de Saúde da Família). Esteve presente em várias conquistas para o assentamento. Também atuou na CPT (Comissão Pastoral da Terra), auxiliando as famílias que enfrentavam dificuldades para se adaptarem a esse novo modo de vida. Participou das comissões do Orçamento Participativo Municipal.

Ao ser questionada sobre essas organizações, Dona Zulmira ressaltou a importância da participação, pois através dessas comissões as famílias conseguiram trazer energia elétrica, transportes, estradas além de outras conquistas para o assentamento. Atualmente participa de uma organização social (Centro Comunitário) e é delegada da Comissão Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Percebe-se na fala da entrevistada de que a representação da terra é bem forte em sua vida, pois ela é encarada como um bem abençoado e divino, atrelado a dimensão do sagrado. Vir morar no assentamento foi a melhor coisa que aconteceu na vida de Dona Zulmira, pois, ao ser questionada sobre a vida no assentamento, ela então respondeu:

É ótimo, viver aqui para mim é tudo. É tudo de bom, porque aqui nós temos tudo e nunca vamos passar fome. Tenho meus filhos tudo com saúde, estão todos trabalhando, são muito educados, muito trabalhador (Dona Zulmira, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Uma das marcas do grupo de Promissão (SP) é passagem pelo acampamento (ROSIM, 1997; SILVA, 2001 e 2004). Dona Zulmira considera a passagem pelo

acampamento como uma experiência significativa da luta, aprendizado, valorização, esforço. A passagem pelo acampamento foi um momento decisivo na luta pela terra.

Dona Maria Solange (Grupo do Vale do Ribeira/SP)

Dona Maria Solange, 70 anos, pernambucana, natural de Caetés/PE, mora no assentamento há 28 anos, chegou na terra em 20/04/1989. Antes de entrar no processo de luta pela terra viveu durante 6 anos em Sete Barras, na região do Vale do Ribeira/SP. Dona Maria, seu esposo e os dois filhos viviam na cidade de São Paulo, na época trabalhava como costureira e Sr. João Barbosa (esposo) como vigilante. Após anos vivendo em São Paulo, os dois tinham um sonho de ter a própria terra, aí foi quando o marido juntou o dinheiro dos direitos do trabalho e investiu na compra de uma terra na região do Vale do Ribeira/SP.

Foi o meu marido que descobriu essa aventura maligna. Foi através de um amigo dele, eles foram lá e compraram. Naquele tempo ele tinha 4 ou 5 anos de uma firma que ele ganhava bem rapaz, ele pegou tudo os direitos dele e investiu nessa terra. Já estava denunciado, mas a justiça é lenta que uma beleza. O cara vendeu para o meu marido e mais 3 pessoas que foram junto com meu marido e quase que pega o Seu Zé, esse que falei que veio morar aqui também. Quase que ele pega uma grana desse outro coitado também. Aí, quando nós descobrimos que era aquela bucha já estávamos lá dentro e tinha destruído toda minha casa em São Paulo. Eu tinha uma casa que era uma gracinha em São Paulo, destruí tudo, já estava lá dentro mesmo, agora era partir para a briga grilada (Dona Maria Solange, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Depois que seu esposo comprou a terra, Dona Maria saiu do emprego e mudou-se com os filhos de São Paulo para Sete Barras/SP, município situado no Vale do Ribeira. Um tempo depois de ter chegado no Vale, Dona Maria descobriu que haviam sido enganados, pois as terras adquiridas eram griladas e estavam para ser assinada como reserva ambiental pelo governo do estado de São Paulo.

Bom, minha história na reforma agrária começou no Vale do Ribeira. Naquele época eu já ouvia falar em reforma agrária, mas não fazia nem ideia do que era e o meu marido inventou de comprar uma terra lá no Vale do Ribeira que infelizmente descobrimos depois que a terra era grilada (Dona Maria Solange, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Ela e o marido foram posseiros na época e descrevem o Vale do Ribeira paulista como um cenário de pobreza e miséria. Dona Maria lembra que passou por muitas dificuldades na época, tendo em vista que havia perdido todo o dinheiro na compra da terra irregular e não podia fazer a sua roça para ter alimentos, devido a área tratar-se de uma reserva ambiental do governo de São Paulo.

[...] quando cheguei lá vi que era uma miséria muito grande, muita fome e uma situação terrível. Lá não é assentado, lá é posseiro. Nisso tudo, eu descobri que aquela área lá estava sendo preparada para o meio ambiente, porque lá não dá lavoura, é uma terra que só dá banana ou chá. Lá é tudo reserva, é reserva ambiental em todo canto (Dona Maria Solange, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Antes de ser assentada na reforma agrária Dona Maria passou por momentos de perigo e insegurança no Vale, lutou contra o poder dos madeireiros e carvoeiros denunciando a exploração ilegal de madeira na área. No decorrer da entrevista percebe-se que Dona Maria rebelou-se contra a situação de pobreza e miséria vivenciada no Vale viu na luta pela terra uma esperança de melhoria de vida para sua família, pois sempre almejou viver na terra e da terra.

Ah! Rapaz! Vou te contar uma história boa de um lado e ruim de outro. A luta é isso: eu comprei terra achando que era regular, mas era terra grilada. Lá no Vale, eu descobri e conheci a miséria de perto, aí quando vi tudo aquilo achei que era injusto sair dali (Dona Maria Solange, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Em suas lembranças do tempo do Vale do Ribeira, Dona Maria se emociona ao falar de uma senhora que a incentivou e deu força para continuar lutando. Essa senhora é lembrada com carinho e tida como um símbolo de resistência em sua história.

[...] na verdade foi uma velhinha de 80 anos que me fez entrar nesse negócio, a mãe do Antônio Chagas. Essa velhinha tinha que andar mais de 12 quilômetros dentro da mata, de onde o filho dela morava para pegar o ônibus para ir para cidade para comprar alguma coisinha para comer. Cheguei lá várias vezes e peguei ela comendo banana verde cozida com água e sal. Aquela mulher me chamou a atenção de uma tal maneira que eu resolvi frequentar as reuniões, posso dizer que entrei na reforma agrária como um gaiato no navio, não fazia nem ideia do que era (Dona Maria Solange, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Dona Maria foi uma liderança na época. Conseguiu organizar e articular a luta com mais 18 famílias de posseiros no Vale do Ribeira. Participou de reuniões no INCRA e no extinto DAF (Departamentos de Assuntos Fundiários). Veio junto com 18 famílias do Vale do Ribeira para Araraquara (SP), eram para vir mais de 50. Portanto, teve importante papel de liderar e organizar 18 famílias no Vale do Ribeira.

A luta feita a partir da articulação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara e FERAESP. Segundo os relatos de Dona Maria e Seu João, o grupo do Vale do Ribeira, se organizou na luta após receberem a notícia de que seriam desapropriados pelo estado, tendo em vista que a área ocupada, foi grilada e transformada em reserva ambiental. Silva (2004), mostra que o governo fez um acordo com as famílias, de doar terras aos desabrigados. Todavia, o acordo não foi cumprido. Muitos foram e expropriados e saíram, outros como no caso de Dona Maria, ficaram e resistiram por meio das pressões ao INCRA (SILVA, 2004).

Dona Maria passou por muito sofrimento, sua história expressa, amor a roça, e sempre viu o assentamento como uma terra prometida. Em uma das passagens da entrevista Dona Maria conta sobre um sonho que teve de estar numa terra que depois se materializou no assentamento.

Esse lugar aqui foi Deus que me deu. Zulmira, vou contar uma coisa para vocês dois agora, que vocês podem não acreditar, mas é verdade. Quando nós morávamos em São Paulo, a Joana tinha 3 anos, nisso eu tive um sonho. Eu viajava todo mês de São Paulo até Ibitinga para comprar roupas para vender, então eu passava em Araraquara todo mês porque era caminho. Quando eu passava em Araraquara eu falava: - “Ô cidadezinha feia e esquisita. Que lugarzinho esquisito”. Porque era aquele buraco cheio de mato, não era limpinho como está hoje, tudo bonitinho. Foi logo quando começou a rodoviária ali e eu passava aqui. Aí, um dia eu tive um sonho, que eu estava num canto, era uma fazenda. Aí no sonho, uma mulher falava para mim assim: - “Olha, está vendo aquele pé de Unha de Gato ali. Olha para lá e para todo canto”. E eu olhava, e via aquele monte de terra, era a coisa mais linda do mundo. Aí, essa mesma mulher falava: - “Você vai vir morar aqui nessa fazenda. E uma coisa, nunca caia na besteira de querer voltar para trás. Porque é daqui para frente”. Eu acordei e meu marido falou assim: - “O que é que foi que você está me falando que é daqui para frente”. Aí eu ri e falei para ele: - “Eu acho que tenho tanta vontade de voltar a morar no Norte, onde era o meu lugar”. Aí passa o tempo. Quando chegamos aqui, eu e Barbosa andava por todas essas bibocas aqui no assentamento. Um dia andamos até lá em cima no Robertinho da caixa-d’água, onde o Cícero mora hoje, na beira da reserva. Vocês não sabem o que aconteceu. Eu me esbarrei num pé de Unha de Gato, na hora aquilo veio assim como um reflexo, sabe quando você conhece um lugar que você já passou. Eu olhei e falei: -

“Deus, o que é isso”. Aí, eu olhei e via tudo lá em cima. Lá dá para ver tudo, a cidade e você vê tudo aqui. Na hora não teve outra, eu sentei e chorei, mas chorei mesmo. Aí, o Barbosa falou pra mim assim: - “Tá endoidando mulher!” E, falei: - “Barbosa, você lembra daquele sonho que disse que queria voltar para a terra?”. Ele falou: - “Lembro. Mas o que tem a ver com isso”. Aí, falei para ele: - “Dá uma olhada nessa Unha de Gato, agora olha para os lados”. Ele falou: - “Nossa! Mulher, é mesmo né”. Eu falei que era o lugar do sonho. Então para mim esse lugar é a minha terra prometida. Quando eu vim a primeira vez aqui que estávamos na estrada voltando para São Paulo, meu marido olhou e falou: - “Acha. Acha que nós vamos conseguir terra num lugar desses”. Nós saímos do buraco filho, lá do fundo do baú para vir para um lugar desses. Meu marido falou para mim assim: - “Tu achas que vamos parar aqui”. Eu falei que íamos sim. Seu Zé Louco quando chegou aqui teve a mesma coisa que eu, sonhou com esse lugar. E eu acredito. Nós conseguimos e estamos aqui. Então meu filho, é daqui para lá, realmente o sonho é real. É para a frente, sabe para onde. É para os Brito. Até me emociono de contar essa história, mas é isso aí meu filho, uma história muito boa. E é o que disse para você, se eu pudesse, se tivéssemos duas vidas, eu iria viver tudo de novo. Com mais sabedoria, com mais jeito sabe. Porque vale a pena. Gente, tem essa casa aí em frente, tão bonita, essa menina, dona daquela casa é uma das netas daquela senhora. Essa menina sofreu *heim*, lembro que a comidinha delas era isso. Ela perdeu uma prima, uma priminha com 6 anos de idade com tanta mordida de mosquito. Hoje, você vê a casa delas, da mãe e da família inteira, a beleza que é. Valeu ou não valeu a pena? Valeu. Eu hoje moro nessa minha casinha toda bagunçada, mas vejo muita gente como o Seu Zé, esse Neguinho aqui, que não tinha onde cair morto e hoje está bem. A mãe de Dona Antônia morava no Maranhão numa casa que era um barraquinho de palha que quando ventava eles colocavam pau embaixo para não derrubar. Olha aí a situação agora, valeu muito a pena. Se tivesse que fazer eu faria tudo outra vez (Dona Maria Solange, 13/11/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Ao falar de alguns momentos de sua vida, pudemos perceber que Dona Maria tem uma história de vida muito forte, marcada por muita luta, coragem e resistência. Foi liderança no movimento de luta pela terra na época, tendo o importante papel de organizar um grupo de posseiros do Vale do Ribeira. Para Dona Maria, vir para o assentamento foi a melhor coisa que aconteceu em sua vida, pois pode restabelecer seus vínculos com a terra.

Sr. José Marques (Grupo do Vale do Jequitinhonha/MG)

Sr. José Marques, 53 anos, casado, está assentado no Bela Vista há 30 anos. Natural de Fruta do Leite, ao norte do estado de Minas Gerais, migrou com 14 anos para

o estado de São Paulo em busca de novas oportunidades e melhores condições de vida. Ainda jovem, saiu de Minas Gerais com a esperança de construir uma vida melhor no estado de São Paulo. Em sua trajetória de migrante Seu José passou por diversos lugares dentro do estado de São Paulo, morou em Ribeirão Preto, Pontal, Sertãozinho e Piracicaba.

O que levou a gente sair de lá era que onde morávamos era uma região muito pobre, lá no norte de Minas. Então, a gente tinha o desejo de conseguir um pedacinho de terra aqui no estado de São Paulo. Tivemos essa oportunidade e começamos a enfrentar né. Era um processo lento e complicado, tivemos uma série de dificuldades porque a elite era contrária a você conseguir um pedaço de terra no estado de São Paulo, ainda eu e muitos que eram cortadores de cana, mas apesar de tudo conseguimos (Seu José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Antes de ingressar no movimento de luta pela terra da região, Sr. José trabalhou em diversos segmentos, foi por muito tempo cortador de cana em várias usinas, trabalhou no ramo da construção como ajudante de pedreiro e também como pedreiro. Atualmente vive no assentamento com a esposa e dois netos. Possui uma casa na agrovila e um lote em que produz milho para vender na região. Sua esposa trabalha como ajudante de serviços gerais numa escola municipal em Araraquara. Além de tocar o lote com a esposa, Sr. José trabalha atualmente como pedreiro.

Sr. José possui uma trajetória semelhante aos demais entrevistados. Nascido e criado em áreas rurais, incorporou o movimento de luta pela terra como uma forma de retornar ao campo. A questão da terra aparece como um elemento crucial em sua história de vida. Entrou no movimento de luta pela terra na região em 1985 quando trabalhava como cortador de cana em uma usina no município de Pontal/SP. Soube das terras em Araraquara por meio da divulgação feita pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais, que atuava como uma instituição mediadora da luta na época.

Eu entrei porque na época fiquei sabendo que havia um sindicato, na época era um sindicato em Pontal, aí eles passaram a orientação para nós. Eu trabalhava numa usina em Pontal, próximo de Ribeirão Preto. Aí o pessoal do Sindicato Rural falou para gente que ia ter um movimento muito forte, aí entramos. Começamos a participar desse movimento em 85, no qual fizeram a desapropriação da Monte Alegre, em 85, 86 também. Nós viemos e eu fui classificado para pegar terra lá, aí em 88 eu fui aprovado. Aí depois surgiu o movimento de desapropriação aqui na Fazenda Tamoio, também organizado pelo Sindicato Rural aqui de Araraquara. Eles atuaram na desapropriação

dessa área aqui na Bela Vista, junto com eles lutamos e tivemos sucesso (Sr. José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro),

Dentro do movimento Sr. José participou de diversas ações, envolvendo reuniões, acampamentos e ocupações. Entre as diversas ações lembradas por Seu José na entrevista destacamos a ida em uma manifestação em prol da reforma agrária em Sertãozinho, o enfrentamento com a polícia militar numa desapropriação de uma fazenda na região de Jaboticabal além da participação em acampamento e na ocupação da fazenda Monte Alegre e no Horto de Bueno de Andrada, em Araraquara.

Eu trabalhava como cortador de cana numa usina lá em Pontal, na Usina Botucarolo. Soube dessa luta e das terras em Araraquara a partir das informações que os sindicatos passavam para a gente na época. Rapaz! Já morei em vários lugares e trabalhei em muito coisa. Trabalhei com tomatal em fazenda de um japonês com tomate, cortei cana também antes em outras usinas. Trabalhei de ajudante de pedreiro, depois de pedreiro. Foi em bastante coisa (Sr. José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

A atuação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araraquara é um elemento importante na compreensão da luta pela terra em Araraquara. As ações e intervenções dessa organização são valorizadas na narrativa de Sr. José, pois através delas o movimento se consolidou e conseguiu conquistar os assentamentos.

Na época tivemos muito apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, apesar que tem gente que faz crítica, mas eu defendo, porque se não fosse o Sindicato rural nós não teríamos conseguido esse pedaço de terra e ter vindo para o assentamento. Eles foram muito importantes para nós na época. Eu acho que tem que criticar, mas acho também que tem que falar a verdade. Porque se não fosse a ajuda deles não teríamos entrado no assentamento (Sr. José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Os primórdios da vida no assentamento é retratado como uma fase muito difícil, pois contavam com poucos recursos para se estabelecerem na terra. Inicialmente, ia a pé ou a cavalo para a cidade tentar vender frutas e legumes para obter alguma renda. Por ser assentado, muitas vezes teve que lidar com o preconceito de parte da população de Araraquara, que o inferiorizava e discriminava por sua trajetória como sem-terra.

Vou falar para você rapaz. O começo aqui foi bem complicado. Quando chegamos não tinha nada, era bem abandonado. Estradas ruins, sem transporte para cidade. Foi bem difícil. Tinha energia elétrica secundária né. Não era essa energia que nós temos hoje pela CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz), o que tinha na época era uma turbina que ficava numa cachoeira e era bem decadente, era bem fraquinha. Então, nós enfrentamos isso aí com muita coragem (Seu José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Ao lembrar das múltiplas dificuldades da vida no assentamento, Sr. José relata que não foi uma tarefa fácil se adaptar e sobreviver nesse espaço. Para ele, as pessoas que adentram esse universo têm que no mínimo gostar da terra, do trabalho na roça, da vida no campo e ter muita persistência.

Ao falar sobre a importância da luta pela terra em sua vida, Sr. José se mostrou realizado de ter participado desse movimento, tendo em vista que através dele pode conquistar o seu lote no assentamento Bela Vista.

Gosto bastante de participar, já fui candidato a vereador. Eu gosto de briga, gosto de brigar pelo que é certo. Gosto de ver pessoal, igual eu, assim humildes se beneficiando dos projetos. A partir disso que tivemos o nosso pedaço de terra, por isso gosto disso aí. Eu sou assim, acho que o país tem que ser para todo mundo né. Sou favorável que todo mundo tem que ter direito a ter um pedacinho de terra, ter direito a um emprego né. Tudo o que for nesse sentido eu gosto de lutar (Seu José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Apesar dos inúmeros entraves da luta pela terra e da permanência no assentamento, Sr. José estima a importância da reforma agrária. Encara esse projeto como uma possibilidade de mudança social, uma forma de obtenção de direitos e consolidação da cidadania. Acredita que toda essa trajetória de lutas valeu a pena, pois hoje pode usufruir da liberdade de ter um pedaço de terra, de poder se alimentar do que é plantado no lote e de ter retornado ao campo. Toda essa história é contada com muito orgulho.

Sr. João Silva (Grupo de Promissão/SP)

Sr. João, 73 anos, é nordestino, nascido em Brumado, no estado da Bahia. Filho de agricultores, cresceu numa família pobre com 10 irmãos, sendo 5 homens e 5 mulheres. Sempre viveu no campo, saiu do estado da Bahia com 16 anos em busca de novas oportunidades para melhorar de vida.

Meu nome é João Francisco da Silva, a minha idade é 73 anos e nasci em Brumado, no estado da Bahia. Rapaz! A vida do nordestino, não só a minha, como todas, é muito sofrida. Eu nasci numa família muito pobre, em um lugar fraco, bem fraco de tudo. Fraco de professores, de recursos para estudar um filho. Eu mesmo não tenho estudo, meu pai não podia pagar uma pessoa para me ensinar. Na época, aquelas pessoas que podiam, pegavam a pessoa e colocava dentro de casa só para estudar os filhos deles. Já o nosso papai não tinha como, não tinha condições. Aí, nós vamos crescendo. Nós éramos em 10 irmãos, eram 5 mulheres e 5 homens. Inclusive eu tenho um irmão que não conheci, ele era mais velho e se alongou por aí. Eu não sei o paradeiro dele hoje, não tenho notícias. Aí, nós ficamos em 9. Mas, ele não se alongou porque quis, foi porque a necessidade que era grande. Todo nordestino não tinha condição de viver no lugar que nasceu. Meu pai e minha mãe até queria que nós ficássemos com eles, mas não tinha jeito, eles não nos seguravam porque não tinha condições de ficar por lá. Era uma vida muito sofrida, muito difícil a nossa vida. Era uma vida muito judiada, nós passávamos por muitas dificuldades (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Sr. João migrou sozinho para São Paulo para fugir da pobreza e conseguir um pedaço de terra para viver uma vida mais digna com sua família. Seu primeiro destino foi Junqueirópolis, município localizado no extremo oeste paulista, na região de Presidente Prudente. Morou por lá durante 3 anos, no período de 1963 a 1966, trabalhando como peão em algumas fazendas da região. Após se sentir explorado e desvalorizado no trabalho, Sr. João tentou reconstruir a vida em outros lugares. Migrou por diversos estados brasileiros, passou por Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná até chegar em São Paulo novamente.

A passagem pelo estado do Paraná foi longa, lá casou-se aos 29 anos, teve três filhos e reencontrou uma irmã que não via há um tempo. Também, foi no Paraná que ouviu falar pela primeira vez em reforma agrária. Lá, escutou pelo programa de rádio “A Voz do Brasil” sobre a desapropriação da Usina Tamoio na época. Morou em diversos municípios do estado, sempre trabalhando em atividades relacionadas a agricultura.

Mexia com agricultura, sempre trabalhei com agricultura. Só com agricultura, nunca fiz outra coisa, sempre era com trabalho rural. Em 1966 nós fomos para o Paraná, eu e mais uma irmã. Fomos primeiro para Mariluz, depois fomos para Umuarama. De Umuarama eu mudei para Iporã. De Iporã eu mudei para o Alto Piquiri. Tudo no estado do Paraná. Do alto Piquiri morei em Cascavel por 7 anos. De Cascavel eu voltei para trás, morei em Formosa do Oeste. De Formosa do Oeste eu

mudei para Jesuíta. De Jesuíta eu voltei para o estado de São Paulo, eu vim para Limeira (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Depois da passagem pelo Paraná, Sr. João retornou com a sua família para Limeira, município localizado no interior do estado de São Paulo. Chegando em Limeira, adquiriu uma casa com o dinheiro juntado ao longo dos anos de trabalho e reconstruiu sua vida novamente. Em Limeira trabalhou durante 6 anos como cortador de cana numa usina. Insatisfeito com o trabalho e com as condições de vida ingressou no movimento de luta pela terra como uma oportunidade de mudança de vida.

Sr. João entra no movimento na década de 80. O grupo em Limeira era composto por 80 famílias da região. A luta foi inicialmente articulada pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Tanambi/SP. Após traçarem as estratégias de luta o grupo saiu de Limeira para acampar na beira de uma rodovia em Cardoso/SP. Ficaram acampados durante 1 ano com o objetivo de conseguir a desapropriação de terras irregulares pertencentes a família Junqueira. Os Junqueira eram uma família tradicional no contexto dos latifundiários daquela região.

No período do acampamento Sr. João esteve na maior parte do tempo em Limeira com a família. Apoiou e acompanhou o movimento, mas não pode estar presente no acampamento por motivos pessoais, pois tinha que ajudar a manter a família que estava na cidade, além do trabalho na usina.

Eu não fiquei o tempo todo lá, eu a e depois voltava para Limeira. Não podia ficar direto lá porque tinha que trabalhar e ajudar a minha família. Pagava prestação em Limeira, tinha que minha casa por lá. Então, eu não podia ficar lá, pois tinha que trabalhar na usina e ela não me mandava embora (Seu João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Além de ser gratificante, a luta pela terra é descrita como um período de muito sofrimento pois tinham que lidar com as humilhações da população que não compreendia o movimento. Com as ameaças dos jagunços e as tentativas de despejos dos acampamentos.

Quem ficou lá passou por muita coisa, sofreu demais. Eu também estava junto, foi muito difícil aquele momento. Nós estávamos acampados no eixo dos latifundiários, dos grandes latifundiários que era o Junqueira né. O Junqueira tinha muitas terras por aqueles lados.

No estado de São Paulo os Junqueira são uma família bem tradicional. Quando estávamos no acampamento eles chegavam ameaçando a gente, os latifundiários mandavam um bando de jagunços ir ameaçar a gente, para tentar nos tirar das terras. Eles mandavam os jagunços, mas não saímos. Eu só pensava que eles podiam estar lá com a gente, do nosso lado, já que eles não tinham terra também. Eles tinham que lutar do nosso lado, mas estavam do lado dos latifundiários. Eles tinham que estar do nosso lado, se fossem para o lado dos latifundiários não iam conseguir nada (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Depois de 1 ano acampadas em Cardoso, as famílias retornaram a Limeira e continuaram lutando. Mantiveram a articulação com a igreja e o movimento social fazendo reuniões semanais para traçar a organização da luta e verificar novas áreas para ocupar. A partir das ações do MST o grupo soube das terras e do acampamento na fazenda Reunidas em Promissão/SP.

O grupo se organizou e seguiu com destino a Promissão para juntar-se as demais famílias que já estavam na área. A fazenda Reunidas possuía mais de 17 mil hectares e pertencia a família do João Ribas. De acordo com o relato de Sr. João, o acampamento em Promissão chegou a acomodar famílias de Campinas, Sumaré, Aguaí, Indaiatuba, Americana, Limeira e outras cidades da região. Nesse período, as famílias passaram por momentos arriscados. Muitas vezes receberam ordem de despejo, enfrentaram a força dos jagunços e da polícia, mas com o apoio do MST e da CPT permaneceram lutando para conquistar um pedaço de terra.

Em 1986, a fazenda foi considerada como latifúndio improdutivo e desapropriada pelo governo federal para fins de reforma agrária. No mesmo ano, 44 famílias que estavam acampadas na BR 153 foram assentadas na fazenda Reunidas em Promissão. Em 1988, 607 famílias provenientes de 16 municípios da região foram assentadas na área (SILVA, 2004). Segundo a autora, o município de Promissão possui o maior assentamento do estado de São Paulo e o segundo maior do Brasil.

Assim, como evidenciado na entrevista de Dona Zulmira, a ida das famílias de Limeira a São Paulo a pé, para participarem de uma manifestação é destacada como um acontecimento importante desse período. A coragem, a persistência e a determinação dessas famílias é contada com muito orgulho por Sr. João. Mesmo não ter conseguido completar a marcha esse momento é bem valorizado pelo entrevistado.

No momento que partimos de Promissão e voltando para Limeira, só ficou uma pessoa lá para tomar conta dos barracos lá, era tudo barraco de lona de plástico. Aí, viemos de lá para São José do Rio Preto, de Rio Preto nós fomos para Limeira, de Limeira nós fomos a pé para São Paulo participar de uma marcha. Eu não consegui chegar em São Paulo porque tinha asma, fui andando e a friagem me impediu e não aguentei ir até o fim. Eu não consegui chegar em São Paulo, antes de Campinas eu voltei porque fiquei doente. Eles chegaram em São Paulo e falaram para mim que a passeata teve uma faixa de umas 200 pessoas (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Um dos pontos destacados na entrevista foi o apoio recebido de uma filha do fazendeiro João Ribas no acampamento. Esse suporte encorajou as famílias a continuarem lutando pela área da fazenda em Promissão. De acordo com Sr. João, essa filha apareceu algumas vezes no acampamento para conversar e distribuir alimentos para as famílias. Em uma dessas visitas ela declarou total descontentamento com as ações de seu pai e incentivou a luta dos acampados pelas terras da fazenda. Segundo relatado por Sr. João, as terras da família tinham sido adquiridas de forma irregular.

Lembro de uma história da filha do fazendeiro, é que um dia a própria filha desse fazendeiro entregou um caminhão de leite para o pessoal do acampamento. E ela estava sempre ajudando o pessoal, ajudava mesmo. E ela mesma falava que era para tomar as terras daquele velho porque ela não precisava daquele tanto de herança não. Ela chegou a falar que aquela terra não era dele, que ele não tinha aquelas terras todas. Era tudo irregular. Ela começava a falar tudo aquilo e nós começávamos a nos animar. A filha dele falou isso, que ela não dependia daquilo lá (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Depois da experiência do grupo em Promissão, Sr. João permaneceu por um tempo em Limeira com a sua família. Nesse intervalo, algumas famílias foram sendo assentadas e Sr. João foi desanimando mas, nunca perdendo a esperança de conquistar o seu pedaço de terra. Ao se reunir com alguns amigos na época Seu João lembrou de uma reportagem que ouviu pelo rádio quando ainda estava no Paraná, sobre a desapropriação da Tamoio.

Rapaz! Se eu falar a pura verdade para você eu nem sei como cheguei aqui nesse sindicato de Araraquara. Para falar a verdade eu nem sabia porque cheguei aqui. Nem conhecia Araraquara, mas parece que as coisas acabam se encaminhando. Quando cheguei aqui fui lá na Vila Xavier, ele não tinha um prédio, era uma casinha. Cheguei nele e

conversamos, aí ele me falou das terras que tinham aqui, explicou sobre a situação da fazenda Monte Alegre, da fazenda Tamoio, falou que já tinha colocado algumas pessoas lá de Promissão também. E disse que na Tamoio não tinha mais como colocar ninguém, que não tinha mais vaga. Mas, como eu tinha assistido uma reportagem ainda no Paraná, lá atrás eu falei para ele: - “Escuta, mas eu escutei pela Voz do Brasil que a Tamoio foi desapropriada inteira, não só a usina, mas a terra inteira”. Ele falou: - “Mas, é mesmo”. Lembro até hoje de ter escutado na Voz do Brasil que tinha sido desapropriada a propriedade inteira, não só a usina, mas tudo o que tinha aqui na Tamoio (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Depois de discutirem a possibilidade de conquistar terras na Tamoio o grupo se organizou, entrou em contato com o sindicato e foram para Araraquara. No entanto, o grupo de famílias não tiveram uma boa recepção quando chegaram em Araraquara. Inicialmente, houve diversos conflitos entre as famílias e o sindicato e com as famílias já assentadas no Bela Vista. Conforme relatado na entrevista, o grupo não teve o apoio total do sindicato para entrarem no assentamento.

Primeiro eu vim sozinho e deixei a família lá em Limeira. Aí, nós partimos de Limeira e viemos para a sede da Tamoio. Tinha uma colônia lá, nós entramos nessa colônia. Com 3 dias que estávamos na colônia o Élio, presidente do sindicato, chegou e falou que não podíamos ficar lá, que viria a tropa de choque para tirar a gente. Falou que não íamos aguentar, que tínhamos que sair de lá. Aí, eu falei: - “Não, nós viemos aqui para lutar mesmo. Mesmo que nos tire a força, não vamos desistir. Nós vamos ficar e seja o que Deus quiser”. Mesmo que eles entrassem para retirar a gente, nós íamos ficar na nossa, porque eles não tinham direito de atacar a gente. Lutar é um direito que nós temos e ninguém pode tirar. A fazenda já estava toda desapropriada, então tínhamos direito de lutar por ela. Queria entender porque saiu um pedaço e não saiu o resto. Mas, apesar de tudo isso, eu não desisti. Fomos lá para o Chibarro, fomos para aquele buraco lá (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Antes de ser assentado no Bela Vista, Sr. João passou por diversos constrangimentos. Chegou a ser intimidado por pessoas ligadas ao sindicato, por funcionários do Estado (INCRA) e ameaçado até mesmo pelos próprios assentados. Teve uma trajetória muito difícil para conseguir a terra. Entre os múltiplos obstáculos encontrados destaca-se a ação de uma funcionária do INCRA, que se negou a fazer o seu cadastro na época, simplesmente por ele estar na condição de acampado e pelo grupo ter ligação com o MST.

Aí, o cara do INCRA veio fazer o cadastro mandou uma mulher fazer o cadastro. Ela era daqui de Araraquara mesmo, trabalhava no ITESP. Todo mundo fazendo cadastro aí cheguei e ela olhou para mim e disse: - “Escuta, o senhor não fazia parte daquele pessoal do Chibarro que estava acampado ali”. Falei: - “Sim, sou eu mesmo”. Aí, ela falou: - “O senhor é o Seu João né”. Ela meio que sabia da gente, porque o cara do sindicato já tinha informado eles. Aí, ela falou que não ia fazer o meu cadastro e falou: - “Você pega o resto daquelas pessoas e vai para a pista, vai fazer passeata em Araraquara, porque não tem terra para vocês aqui mais”. Tá bom! Ela fez o cadastro de todo mundo e eu fiquei lá numa cadeira esperando. Eu não sei de onde tirava tanta força, só Deus mesmo. Essa mulher minha, essa grande companheira que tenho, estava em Limeira com os meus 4 filhos e eu não podia dar para ela uma cabeça de alho. Só lutando mesmo, era muito tempo perdido. E a crítica crescia, falavam que eu ia tomar bala na cabeça, tomar bala no peito, que eu ia ser preso. Que ninguém ia dar terra de graça para gente. Tinha que ter muita vontade e querer muito, porque só por Deus. Acabou de fazer o cadastro do pessoal, ela levantou porque estava quase na hora do almoço. Aí, fui até ela e perguntei: - “Oi, você vai fazer o cadastro para mim ou não vai”. Ela falou: - “Não vou fazer! Já te disse que não vou fazer. Não adianta perder tempo porque eu não vou fazer”. Aí, falei: - “Calma. Calma. Hoje eu não vou, mas amanhã mais ou menos ao meio dia eu chegarei no INCRA em São Paulo para fazer o meu cadastro. Eu vou, você sabe que eu conheço onde é o INCRA lá. Você vai arrumar o carro para eu ir lá ou não”. Ela disse: - “Deus me livre!”. Aí, falei: - “Eu vou! Eu vou fazer o cadastro lá. Vou chegar e falar que você não quis fazer o cadastro para mim. Eles vão saber do motivo. Se eles não fizerem, tudo bem. Eu não vou brigar com vocês, se vocês não fizerem, tudo bem. Mas, eu vou fazer lá em São Paulo. Amanhã, 11 para meio dia estarei fazendo o cadastro lá e ainda vou falar que você não quis fazer o cadastro para mim”. Ela ainda disse: - “Eu vou fazer esse cadastro. Você não vai pegar terra aqui”. Aí, depois que ela fez eu disse que depois de 15 dias eu ia telefonar em São Paulo para ver se o cadastro tinha sido feito mesmo. Não vai engavetar aqui em Araraquara não, porque se não vou ficar sabendo. Ela fez, quando deu 15 dias eu telefonei para lá e perguntei se o cadastro tinha sido feito (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Houve diversos impasses em relação a entrada e permanência do grupo de Promissão no assentamento Bela Vista. Algumas famílias não os via com bons olhos, eram julgados como baderneiros e invasores.

Quando eu fui na segunda-feira lá ver o meu povo, tinha um cara daqui em cima de um cavalo no meio do caminho e esse cara falou tanta bobagem para mim, falou tanta bobagem. Ele era contra a nossa entrada aqui na Tamoio, achou que estava trazendo um monte de sem-terra para cá. Nisso, eu fui me ofendendo logo de cara também e falei, eu vou matar esse cara. Vou matar esse cara, vou pegar uma pedra e lascar na cabeça dele. Vou derrubar ele desse cavalo, vou matar e

depois jogar ele nesse buracão. Pensava na hora que ia matar esse cara, que ele ia morrer. A pressão era tanto, estava com muita raiva na hora, pensando naquele sofrimento todo. Deus é tão grande, rapaz! Porque, de repente aparece um veado e entra bem na frente do cavalo, apareceu do nada e ficou bem no meio de nós. Aí, o cavalo se mexeu e saiu correndo atrás daquele bicho lá. Foi Deus mesmo, porque se não poderia acontecer uma tragédia. Antes de chegar no assentamento seis homens me cercaram. Tinha um moreno que trabalhava no sindicato, ele me mostrou um 38 e começou a falar bobagens. Falou para mim, que se eu trouxesse o pessoal do Movimento Sem Terra para o assentamento ele ia cortar o meu pescoço e ia pendurar numa vara para todo mundo ver. Eles falavam: - “Não faça isso. Estou te avisando”. Eles não queriam que o pessoal do Movimento Sem Terra viesse para cá, tanto que tem umas partes do assentamento que eles não frequentam. Pena que o movimento enfraqueceu muito, ainda mais que o PT saiu da presidência. Agora enfraqueceu bastante (Sr. João Silva, 30/01/18, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Apesar desses obstáculos, o grupo utilizou múltiplas estratégias para permanecerem na terra. Fizeram passeatas e um abaixo-assinado para ficarem no assentamento. Mas, a descoberta de 11 lotes abandonados por famílias que estavam morando e trabalhando na cidade foi um ponto crucial para essas famílias. Por meio disso, puderam se cadastrar e se beneficiar da política de reforma agrária, conquistando um pedaço de terra para viver.

Nas memórias sobre a infância, a pobreza, a questão da família e o amor pelo trabalho na roça aparecem como pontos relevantes em sua narrativa. A família é retratada como um estímulo de força e de coragem para lutar por uma vida melhor. A terra é o ponto crucial em sua história de vida, é o que baliza a sua trajetória. A participação no movimento de luta pela terra revelou essa vontade de reestabelecer os laços com a terra. A conquista da terra, do lugar para morar e viver, para ter sossego, constitui-se no projeto dos pobres do campo (SILVA, 2004). Para Seu João, a entrada no lote foi uma vitória, representando uma conquista de um lugar para morar e viver com sua família. É “o início do processo de inclusão social, definido pelos direitos e pela cidadania (SILVA, 2004, p. 119).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de assentamentos na região de Araraquara surgiu como uma resposta do Estado em relação ao potencial de organização e mobilização dos boias-frias por direitos trabalhistas e acesso à terra nas décadas de 1980 e 1990 (WHITAKER *et al*, 2004). Portanto, é resultado da articulação do movimento dos camponeses e dos assalariados rurais na luta política (FERRANTE, 1999).

Ao acompanhar o “fazer-se dos assentamentos e dos assentados” da região de Araraquara/SP, Rosim (1998) e Ferrante (1999) puderam compreender que as trajetórias e histórias de vida das famílias assentadas são múltiplas e diferenciadas. Nesse contexto o assentamento é visto como uma realidade conquistada através das lutas.

O assentamento define-se a partir da “construção de um novo modo de vida que envolve um conjunto complexo de relações, desde as de vizinhança e com a comunidade inclusiva até as relações com a agricultura regional e o poder local” (FERRANTE, 1999, p. 49).

Por um lado, um espaço conquistado que deve ainda ser “domesticado”, mas já esboça para muitos, o futuro almejado. É um espaço de dificuldades, mas carregado de esperanças. Nesse espaço, constrói-se ou reconstrói-se a história individual e a sociabilidade. É um espaço de experiências, práticas e hábitos que socializam os corpos para alternativas jamais previstas. A criatividade demonstrada por muitos assentados, homens e mulheres que “se fazem” enquanto constroem os assentamentos, enriquecem de especificidades o caleidoscópio de situações particulares. Há singularidades por toda a parte. As trajetórias desses sujeitos ora os individualizam, ora os aproximam (FERRANTE, 1999, p. 49).

O amor pela terra e pelo trabalho na roça apareceram como pontos importantes nas narrativas dos entrevistados. A valorização de organizações mediadoras da luta pela terra como o MST e o Sindicato de Trabalhadores Rurais também são evidenciados como importantes na trajetória desses sujeitos. A construção da luta por essas organizações é tida como um espaço de aprendizagem.

Ao realizar um estudo sobre as representações da memória em histórias de vida de assentados na reforma agrária, Whitaker e Fiamengue (1995) mostram que nos assentamentos existem

trajetórias impressionantes, nas quais as famílias vagueiam de um Estado para outro, de uma fazenda para outra, da condição de sitiante para a de parceiro e desta para o corte de cana. As variações são inúmeras, mas o processo é sempre marcado pelas rupturas. E mais, a raiz é sempre rural. Vieram todos da terra e, portanto, ir para o assentamento é voltar à terra (WHITAKER e FIAMENGUE, 1995, p.47).

Momentos de ruptura, dificuldades e entraves marcam a trajetória dessas famílias. Nas entrevistas são narrados cenários da pobreza e de dificuldades, marcados pela falta de recursos. Apesar disso, as autoras demonstram que os momentos de ruptura presentes na trajetória das famílias assentadas não destruíram o vínculo com a terra.

Ao estudar a formação e organização dos grupos pioneiros do assentamento Bela Vista do Chibarro, Rosim (1998) constatou diversos fatores:

- a mobilização dos boias-frias na região em torno da greve de 84/85 (que dá aos trabalhadores novas perspectivas na luta por seus direitos e melhores condições de vida).
- a existência de grupos de trabalhadores que já se encontravam assentadas (Monte Alegre I e II), abrindo caminho para que novos grupos se organizem em busca da terra (ex: para vinda do grupo de Sertãozinho, grupo de trabalhadores boias-frias).

Durante as entrevistas foi possível compreender a importância dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e da FERAESP na organização e mediação da luta pela terra na região de Araraquara.

Portanto, buscamos nesse trabalho reconstituir a luta pela terra na região de Araraquara (SP) a partir da história oral (entrevistas de histórias de vida) combinado com o uso do diário de campo, com o intuito de iluminar as narrativas obtidas. O trabalho justifica-se pela necessidade de entender a complexidade de trajetórias de homens e mulheres que decidiram participar do movimento social de luta pela terra. A luta por esses direitos é parte da luta pela posse de terra e também pela inclusão social. Este é um ato coletivo, portanto político (SILVA, 2004, p. 82). Lutar pela terra significa lutar por direitos relacionados à saúde, educação, alimentação, cidadania e inclusão social.

Definimos os conceitos de construção de lutas (FERRANTE, 1992) e trama de tensões (FERRANTE, 1994) como categorias analíticas capazes de compreender o acúmulo de situações de enfrentamento dos trabalhadores rurais nas décadas de 60, 70 e 80 que definiram os boias-frias como sujeitos políticos durante os episódios de Guariba (1984) e dos movimentos de luta pela terra na região nas décadas de 1980 e 1990.

Partindo da memória como eixo analítico buscamos analisar a realidade social dos homens e mulheres assentados na região de Araraquara (SP). A análise em questão, voltou-se para os processos de luta pela terra, constituição dos assentamentos e estratégias de permanência na terra, entendida como uma continuidade dessa luta. Também, verificamos o papel dos pioneiros dos assentamentos como guardiões de memórias sobre os conflitos por terra na região.

Buscamos apresentar nessa dissertação, os desafios da luta pela terra e da luta pela permanência na terra nos assentamentos rurais da região de Araraquara. A partir dessas entrevistas pudemos compreender algumas das múltiplas dimensões da luta pela terra e a constituição dos assentamentos na região de Araraquara. As organizações sociais – FERAESP, MST e STR/Araraquara – foram fundamentais na articulação e organização dessas lutas, traçaram estratégias para mobilizar famílias que buscavam na terra uma melhora nas condições de vida.

O início da vida no assentamento é descrito pelos entrevistados como um período difícil, marcado por muitos obstáculos em relação a infraestrutura, transporte, renda e indisponibilidade de recursos. Podemos dizer que a adaptação a esse espaço é um desdobramento da luta pela terra. É continuidade de uma luta que não termina com a entrada no lote. Coragem, persistência e determinação é o que baliza as trajetórias dessas famílias assentadas.

As idas a campo e as entrevistas nos revelam que os assentamentos ainda enfrentam inúmeros problemas em relação à assistência técnica, à falta de apoio do poder local, além do assédio das usinas com a pulverização de agrotóxicos nos lotes. Impasses na articulação das organizações sociais de gestão do assentamento (cooperativas e associações) também são um dos dilemas relatados pelos entrevistados.

O processo de evasão dos lotes por famílias que se mudam para a cidade é indicado como um dos problemas do assentamento atualmente. Além disso, a ausência de atrativos para a permanência dos jovens, a falta de mão de obra para tocar o lote com

o processo de envelhecimento dos titulares são alguns dos desafios enfrentados no âmbito dos assentamentos.

A partir do trecho abaixo, em que um assentado discorre sobre as dimensões da vida num projeto de reforma agrária, optamos por compreender o desenvolvimento enquanto condição de liberdade (SEN, 2010). Para pensar a questão do desenvolvimento é necessário considerar variáveis como justiça, qualidade de vida e bem-estar social. O desenvolvimento deve ser pensado além da dimensão econômica, deve estar relacionado a melhoria das condições de vida.

Para nós, o sentido de viver na terra é ter a liberdade que a terra oferece para gente. Plantar e colher coisas mais ligadas a terra, coisas mais naturais. É uma prevenção da saúde. A liberdade em geral é muito boa quando você tem um pedacinho de terra para viver, para comer um produto que você mesmo plantou. Isso é uma coisa muito boa (Seu José Marques, 24/01/17, Assentamento Bela Vista do Chibarro).

Apesar dos bloqueios enfrentados, da pouca eficácia constatada pelas dificuldades de se pôr em ação programas públicos institucionais como o PNAE e o PAA – dos entraves que barram a dinâmica do associativismo, da continuidade do assédio sob diferentes formas dos complexos agroindustriais, há uma perspectiva de expansão das liberdades que leva homens e mulheres assentadas a não querer deixar o seu pedaço de terra. Situações como estas de arrendamentos, conflitos e bloqueios não anulam a representação de liberdade de poder viver na e da terra.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. Ministério Público Militar: o discurso da Justiça Militar através das fontes orais: o esquecimento como recurso metodológico. *In:* WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **Ideologia e esquecimento**. Aspectos negados da memória social brasileira. Letras Amargem, Presidente Venceslau – SP, 2010, p.235-266.

ALMEIDA, Reginaldo Barbosa de. **Parcerias e Diversidade Agrícola no Assentamento Horto de Bueno de Andrada**: ambiguidades e complementariedades. 2011. p. 99 Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional em Meio Ambiente). Centro Universitário de Araraquara, São Paulo.

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha; AUBRÉE, Marion; CHONCHOL, Maria Edy Ferreira de. De sitiante a assentado: trajetórias e estratégias de famílias rurais. **São Paulo em perspectiva**. 7 (3): 125 – 132, julho/setembro, 1993.

BARONE; Luis Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sônia Maria Pereira Pessoa. Trajetórias de assentamentos rurais: experiências em balanço. **Perspectivas**, São Paulo, 17 – 18: 205-237, 1994/1995.

BARONE, Luis Antonio. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, FCL/Unesp, Araraquara – SP, 2002.

BARONE; Luis Antonio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta, IZIDORO, Laís Túbero, AMARAL, Daniel Tadeu do. **A necessária releitura e ressignificação da reforma agrária na conjuntura brasileira contemporânea**. SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, Maceió – AL, 2016. Disponível em <<http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6910.pdf>>. Acesso em: 10/09/2016.

BARONE, Luís Antônio; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Reforma agrária no século XXI: bloqueios e perspectivas. *In:* DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira**:

desafios e perspectivas de futuro. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 22 – 39.

BEAUD, Stephanie; WEBER, Florence. **Guia para a pesquisa de campo**. Editora Vozes, Petrópolis, 2007. (Tradução de Sérgio Joaquim de Almeida).

BELLACOSA, Júlia Marques; HOFFMANN, Martin. O cerco dos canaviais: contradições e conflitos nos assentamentos rurais. **Agrária** (São Paulo. Online), n. 13, p.111-136, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/45572/49598>>. Acesso em: 05/05/2017.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. Coleção Primeiros Passos. Brasiliense, São Paulo, 1996.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; BLANC-PAMARD, Chantal; CHONCHOL, Maria Edy. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros**: espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL/Brasil, 1997.

BINI, Danton Leonel de Camargo. **A luta pela terra na região de Ribeirão Preto no limiar do século XXI**. IV Jornada Internacional de Políticas Públicas: neoliberalismo e lutas sociais, perspectivas para as políticas públicas. São Luís – MA, 2009.

BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade**. Lembrança de velhos. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CAIRES, Ângela Cristina Ribeiro. O assentamento Bela Vista do Chibarro em tempos anteriores: vida e trabalho na Usina Tamoio. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), v. 14, n.2, 2011.

CARTER, Miguel. Desigualdade social, democracia e reforma agrária no Brasil. *In*: CARTER, Miguel. **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil/Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. – São Paulo: Editora UNESP, 2009. 564p.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra: **Relatório Brasil**. 2014.

DELGADO, Guilherme Costa Luís. Questão agrária hoje. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 12- 21.

DUVAL, Henrique Carmona, FERRANTE; Vera Lúcia Silveira Botta; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira. Sobre o Uso da Teoria do Campesinato na Contemporaneidade. **Raízes**. Campina Grande, PB, v. 35, n. 1, p. 62 – 78, jan-jun, 2015. Disponível em: http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_353.pdf. Acesso em: 26/04/2016.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Acampamento América Rodrigues da Silva**. Esperanças e desilusões na memória dos caminhantes que lutam pela terra. Dourados: Fundo de Investimentos Culturais de MS; Dinâmica, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes**, número 1. Editora Vozes. Petrópolis, 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A ocupação como forma de acesso à terra**. XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001. XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese de livre docência (Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT/Unesp, Presidente Prudente – SP, 2013. 344 f.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A política agrária que precisamos. In: SADER, Emir (Org.). **O Brasil que queremos**. 1ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016, v. 1, p. 203-2016.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **A chama verde dos canaviais: uma história das lutas dos bóias-frias**. Araraquara, 1992. 589p. Tese (Livre-Docência em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Itinerário de pesquisa em assentamentos rurais: inesgotável aventura sociológica. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, Nupedor/Unesp, v.7, p.11-60, 1999.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luis Antonio. O lugar dos assentamentos no desenvolvimento local/regional: dilemas e perspectivas futuras. **REVISTA UNIARA**, n.17/18, 2005/2006.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luis Antonio. As políticas de assentamentos em São Paulo: por um balanço da trajetória das experiências em distintas regiões. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n.13, 2010.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Os herdeiros da modernização: grilhões e lutas dos boias-frias. **Revista São Paulo em Perspectiva**, SEADE, São Paulo, 1994.

FERRAROTTI, Franco. Las historias de vida como método. **Convergencia**, Toluca, v. 14,n. 44,p. 15-40, agosto2007. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405. Acesso em: 11/11/2017

FUNDAÇÃO DO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO “JOSÉ GOMES DA SILVA” – ITESP. **Assentamentos**: situação quanto a localização municipal, São Paulo, 2016. Disponível em <<http://www.itesp.sp.gov.br/br/info/acoes/assentamentos.aspx>>. Acesso em: 17/09/2016.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5ª ed. - São Paulo: Atlas, 1999.

GIRARDI, Eduardo Paulon; FERNANDES, Bernardo. A luta pela terra e a política de assentamentos rurais no Brasil: a reforma agrária conservadora. **Agrária**, São Paulo, no. 8, pp.73-98, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

MANCUSO, Maria Inês Rauter. **A cidade na memória de seus velhos**. Estudo sobre São Carlos, Itirapina e São Carlos. São Paulo, 1998. 241 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, São Paulo, 11 (2): 97 – 128, out. (editado em fev. 2000).

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, José de Souza. **Travessias**. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009, p. 11 – 52.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4ª edição. Edições Loyola, 2000.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. Conflitos e Violência. Movimentos Sociais e Resistência. A “Nova República” e a Reforma Agrária. São Paulo: Contexto, 1994.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter *et al.* Bye bye Brasil, aqui estamos: a reinvenção da questão agrária no Brasil. **Caderno de Conflitos no Campo 2015**. Goiânia: CPT, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “dizível” ao “indizível”. In: VON SIMSON, Olga Moraes. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., 1988. p. 14-43.

ROSIM, Luiz Henrique. **Nas terras da Usina, o fazer-se de um assentamento**. Araraquara, 1997. 206 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

SAQUET, Marco Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marco Aurélio; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 4 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p – 73-94.

SAUER, Sérgio. O significado dos assentamentos da reforma agrária no Brasil. In: FRANÇA, Caio Galvão de; SPAVOREK, Gerd. (Org.). **Assentamentos em debate**.

1ed. Brasília: NEAD – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005, v. 1, p. 57-88.

SAUER, Sérgio. Movimentos e organizações sociais no Brasil rural contemporâneo: questões e desafios. In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 367-396.

SARABIA, Barnabé. Historias de vida. **Revista Española de Investigaciones Sociológicas**, 29/85. pp 165-186. Disponível em http://www.reis.cis.es/REIS/PDF/REIS_029_08.pdf. Acesso em 11/11/2017.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**. Experiência e memória. 1. ed. São Paulo: Edunesp, 2004. v. 1. 135 p.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Assentamento Bela Vista, a peleja para ficar na terra. In: MARTINS, José de Souza. **Travessias**. A vivência da reforma agrária nos assentamentos. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009, p. 107 – 158.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder autonomia e desenvolvimento. In: **Geografia: conceitos e temas**. 1 Ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 77-115, 1995.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária no Brasil: o Debate Tradicional: 1500-1960**. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005. p. 15 – 31.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História Oral. Paz e Terra, 2ª edição. Rio de Janeiro, 1998.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. “O incrível exército de Brancaleone consegue uma vitória”: sentidos construídos através de lembranças sobre a resistência e a luta camponesa. In: WHITAKER, Dulce Consuelo

Andreatta. **Ideologia e esquecimento**. Aspectos negados da memória social brasileira. Letras Amargem, Presidente Venceslau – SP, 2010, p.139-164.

VELÔSO, Thelma Maria Grisi; WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Memórias sobre um conflito de terra em relatos de história de vida. **Fractal**, Revista de Psicologia, v. 25, Jan/Abr. 2013, p. 23-40. Disponível em <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/Fractal/article/view/548>>. Acesso em: 10/06/2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Conferências Magistrais: reforma agrária e o modelo político de sociedade. In: BERGAMASCO, Sonia Maria Pereira Pessoa. **Assentamentos rurais no século XXI: temas recorrentes**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta.; FIAMENGUE, Elis Cristina. Memória feminina: trabalho, amor e escola. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 2, 1995.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta.; FIAMENGUE, Elis Cristina. Memória masculina: trabalho, lutas e política. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 2, 1995.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta.; FIAMENGUE, Elis Cristina. Memória da terra: rupturas e possibilidades de reconstrução. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 2, 1995.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. Análise de entrevistas em pesquisa com histórias de vida. **Cadernos CERU**, Série 2, n. 11, 2000. p. 147 – 158. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/view/75078>>. Acesso em: 09/07/2016.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina. A transcrição da fala do homem rural: fidelidade ou caricatura? In: WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta. **A Sociologia Rural: questões metodológicas emergentes**. Editora Letras à margem. Presidente Venceslau, SP. 2002. p. 115–120.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; BARONE, Luis Antonio. Dezoito anos de assentamentos rurais: diferentes dimensões

desta difícil maioria. **Retratos de Assentamentos**. Araraquara/SP: UNIARA, Nupedor (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), n.9, 2004.

WHITAKER, Dulce Consuelo Andreatta; FIAMENGUE, Elis Cristina; VELÔSO, Thelma Maria Grisi. **Ideologia e esquecimento** – aspectos negados da memória social brasileira. (Orgs.) Presidente Venceslau, SP: Letras à Margem, 2010.

APÊNDICE A

ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM AS FAMÍLIAS ASSENTADAS DOS ASSENTAMENTOS HORTO BUENO DE ANDRADA E BELA VISTA DO CHIBARRO EM ARARAQUARA –SP.

Origem e trajetória

- Falar de sua história de vida antes e depois da entrada no assentamento
- Origem das famílias.
- Quantos membros há na família (trabalham em que atualmente).

Luta pela terra

- Como tornou-se sem-terra?
- Quais razões a levaram a entrar na luta pela terra?
- Qual a história mais marcante da época da luta pela terra e do acampamento?
- Quais as estratégias de luta pela terra utilizadas?
- Como nasceu a vontade de lutar pela terra?
- Qual a visão do tempo do acampamento (se houve essa experiência).
- Participou de ocupações?
- Participou ou participa de partidos políticos ou movimentos sociais de luta pela terra como o MST? Como avalia as ações desse movimento?
- Participou da luta pela terra?
- Como foi?
- Qual a importância desse processo?
- Como soube do movimento de luta pela terra?
- Como foi essa decisão?
- Como foi a reação da família, houve conflitos?
- Todos estavam de acordo?

Luta na terra

- Qual a primeira imagem/lembança de entrar pela primeira vez no assentamento?

- Qual o sentido da terra, da luta pela terra, do assentamento e da reforma agrária.
- Quais as dificuldades/entraves no início (entrada) no assentamento?
- Houve conflitos entre as famílias?
- Qual a relação com os governos municipal, estadual e federal.
- Avaliação da conjuntura histórica da época e atual.
- Quais diferenças percebeu da vida na cidade e no assentamento?
- Qual o sentido de viver na terra e da terra?
- Como foi/é as relações sociais no início e atualmente.
- Qual a representação do sítio/lote do assentamento?
- Quais estratégias eram utilizadas para assegurar a sobrevivência da família no início?
- Como ocorreu a chegada na terra?
- Como se deu a divisão dos lotes para cada família?
- Quem são os responsáveis pela organização do assentamento e da produção?
- Qual é a relação com o ITESP/INCRA?
- O que significa permanecer na terra?
- O que os motiva a continuar?
- Como é a vida da família no lote?
- Existe organizações sociais (cooperativas; associações)? Como funciona? Como avalia?
- Como é a produção agrícola no lote? Se existe, baseia-se em quais culturas?
- O que representou a entrada no lote?